



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA NACIONAL

RELATÓRIO CONCLUSIVO DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

(Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher,
Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, Promotoria de Justiça Militar e 4ª Promotoria de
Justiça Criminal, todas da Comarca de Fortaleza/CE)

NOVEMBRO DE 2016

Sumário

Disposições Preliminares	3
1. Atos Preparatórios da Correição	3
Das Atividades de Correição	3
2. Promotorias De Justiça Correicionadas	3
Promotoria De Justiça De Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	3
Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública	14
Promotoria de Justiça Militar	22
4ª Promotoria de Justiça Criminal	27
Constatações	35
3. Constatações da Equipe de Correição	35
3.1 Das Constatações Gerais	35
3.2 Das Constatações Específicas por Unidade	37
4. Indagações da Corregedoria Nacional	41
5. Proposições da Corregedoria Nacional	52
Considerações Finais	56
6. Considerações Finais	56

Disposições Preliminares

1. Atos Preparatórios da Correição

O Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. **Cláudio Henrique Portela do Rego**, por meio das Portarias CNMP-CN nº 191 de 29 de setembro de 2016 e 212 de 11 de outubro de 2016, determinou Correição Extraordinária nas Promotorias de Justiça do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza/CE, Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde da Comarca de Fortaleza/CE, Promotoria de Justiça Militar da Comarca de Fortaleza/CE e 4ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Fortaleza/CE, a fim de verificar, *in loco*, a regularidade e o funcionamento dos serviços ministeriais, designando, então, os membros componentes da equipe, bem como os dias para a realização dos trabalhos. Foi instaurado no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP, o Procedimento de Inspeção nº 0.00.000.000**422/2016-51**, para autuação e organização documental. A execução da correição deu-se conforme seu planejamento e foi realizada entre os dias 07 a 11 de novembro de 2016, pelos Promotores de Justiça Jarbas Adelino Santos Júnior e Gláucio Pinto Garcia, designado para os trabalhos.

Das Atividades de Correição

2. Promotorias De Justiça Correicionadas

Promotoria De Justiça De Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Lei Estadual nº 14.059/2008.
Atribuições extrajudiciais? Sim. Atendimento às mulheres, relacionado ao descumprimento de medidas protetivas de urgência (notícia de fato), sem registro de instauração de procedimento preparatório ou inquérito civil.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim. Delegacia de Defesa da Mulher	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	

Municípios que compõem a área de atuação: Fortaleza/CE	
TITULAR	Roberta Coelho Maia Alves
SUBSTITUTO	Dra. Lucy Antoneli Domingos Araújo Gabriel da Rocha(Auxiliar)
DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
<p>O membro Dra. Roberta Coelho Maia Alves assumiu o órgão em 30/05/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão, qual seja, o Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Ceará; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses se afastou das atividades, nos períodos de 26/06/2016 a 30/07/2016 e de 08/08/2016 a 12/08/2016, por motivo de férias; cumpre expediente das 09:00 às 17:00.</p> <p>O membro Dra. Lucy Antoneli Domingos Araújo Gabriel da Rocha, da 13ª Promotoria de Justiça, encontra-se respondendo pela 5ª Promotoria de Justiça Auxiliar do Juizado de Combate à Violência Doméstica desde o dia 07/03/2016; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão, qual seja, o Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Ceará, bem como a 14ª Promotoria de Justiça Criminal no presente mês; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses se afastou das atividades, nos períodos de 28/03/2016 a 11/04/2016, de 04/07/2016 a 18/07/2016 e de 29/08/2016 a 27/09/2016, por motivo de férias; cumpre expediente das 10:00 às 18:00.</p>	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento público	ao De segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 14:00.
Estrutura de Pessoal	2 membros, 1 técnico ministerial e 3 estagiários de Direito.
Estrutura física	<p>A Promotoria de Justiça está instalada nas dependências do Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Ceará, localizado em uma casa alugada na Rua Waldery Uchoa, nº 260, no bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60.020-110. O material permanente é dividido com o Núcleo Estadual de Gênero e é composto por 12 microcomputadores, 3 impressoras, 1 fotocopadora alugada, armários, mesas e cadeiras para os servidores e cinco linhas telefônicas, a saber: (85) 3214-2230, (85) 3214-2673, (85) 3223-3222, (85) 3223-3974 e (85) 3214-3546, sendo esta última utilizada exclusivamente para o servidor de Internet Oi Velox, onde se concentra a rede de compartilhamento de arquivos da Promotoria de Justiça, acessada para a elaboração e guarda das manifestações ministeriais.</p> <p>Há previsão de mudança, para nova sede, até o início de 2017.</p>
Sistema de Arquivo	Há um arquivo próprio nas dependências da Promotoria de Justiça, onde são arquivados os procedimentos extrajudiciais(físico) - os virtuais via sistema "Arquimedes".
Sistema de Registro	Os procedimentos extrajudiciais abertos na Promotoria de Justiça são cadastrados no sistema Arquimedes, localizado na Intranet do sítio eletrônico www.mpce.mp.br . Já os processos judiciais que chegam para a Promotoria de Justiça, após receberem um carimbo com a data da sua chegada, são controlados através de uma planilha de Excel.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos?

Não se aplica. O art. 41 da Lei n.º 11.340/2006 veda expressamente os institutos previstos na Lei nº 9.099/95.

EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 21.049 (Novembro/2016)

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 86 (todos virtuais).

Observações: Os feitos são distribuídos entre os dois membros do Ministério Público que atuam perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Fortaleza/CE, da seguinte forma: os feitos judiciais pares são encaminhados para o membro da 5ª Promotoria de Justiça Auxiliar de Combate à Violência Doméstica, enquanto os ímpares são distribuídos para o membro da Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme o Provimento nº 52/2015.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Saldo do mês anterior	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês												
Impulsionados no mês												
Saldo do mês atual	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas												
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês												
Impulsionados no mês												
Saldo do mês atual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Notícias de fato distribuídas	6	7	3	6	0	1	6	1	2	5	4	4
Inquéritos Cíveis Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos Preparatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos Administrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	2	3	3	4	0	19	6	1	5	1	3	6
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	22	22	14	13	22	18	47	50	48	57	71	63
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016
Notícias de fato distribuídas	2	3	3	1	2	3	0	2	1	0	0	2
Inquéritos Cíveis Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos Preparatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procedimentos Administrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	0	4	4	4	0	0	1	2	1	0	0	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	47	44	47	25	37	30	44	31	28	29	31	32

Observações: Conforme inicialmente destacado, são efetuados atendimentos às mulheres, relacionados ao descumprimento de medidas protetivas de urgência, anteriormente aplicadas, (notícias de fato), não havendo conversão das mesmas em procedimento preparatório ou inquérito civil, posto que, a partir dessa informação, o membro, como regra, requisita instauração de IP, arquivando-se, em seguida, a respectiva notícia de fato – eventualmente, é efetuado requerimento de prisão preventiva ou monitoramento eletrônico.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	-
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	-
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	-
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-
	Em tramitação há mais de 180 dias:	-
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	-

	Em tramitação há mais de 90 dias;	-										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		-										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		-										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		-										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	03										
	Estabelecimentos prisionais:	-										
	Centros de internamentos provisórios:	-										
	Outras unidades de atendimento:	-										
	Estabelecimentos de idosos:	-										
	Estabelecimentos de deficientes:	-										
	Estabelecimentos de Saúde:	-										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	-										
	Fundações:	-										
Qual o critério de recebimento de feitos: Através do e-saj (virtual), desde maio de 2016.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Saldo do mês anterior - Ações Penais	17	56	6	3	2	5	5	3	0	0	0	1
Distribuídos no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - Ações Penais	56	6	3	2	5	5	3	0	0	0	1	32
Saldo do mês anterior - IP's	133	113	44	56	164	124	99	410	349	235	312	266
Distribuídos no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Impulsionados no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - IP's	113	44	56	164	124	99	410	349	235	312	266	214
Saldo do mês anterior - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	212	0	101	134	203	173	193	156	153	165	96	110
Recursos Interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP	13	19	9	6	19	11	19	22	25	2	5	4
Arquivamentos de PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias Oferecidas	59	30	32	32	28	32	39	23	42	42	54	33
Número de Interceptações Telefônicas Iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016
Saldo do mês anterior - Ações Penais	32	21	14	10	6	6	16	2	0	4	14	27
Distribuídos no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - Ações Penais	21	14	10	6	6	16	2	0	4	14	27	23

Saldo do mês anterior - IP's	214	231	161	39	33	46	30	19	14	7	31	212
Distribuídos no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - IP's	231	161	39	33	46	30	19	14	7	31	212	66
Saldo do mês anterior - NF's	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês - NF's	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês - NF's	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual - NF's	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	165	181	102	123	122	127	206	161	178	187	105	225
Recursos Interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP	13	3	2	2	1	1	0	0	0	0	0	4
Arquivamentos de PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias Oferecidas	56	62	58	52	38	32	39	33	27	51	19	49
Número de Interceptações Telefônicas Iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais		Com vista há mais de 30 dias:									0	
		Com vista há mais de 6 meses:									0	
		Com vista há mais de 12 meses:									0	

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Criminais - PIC's Investigatórios	Instaurados há menos de 90 dias:	-
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	-
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	-
Notícias de Fato	Instaurados há menos de 30 dias	2
	Instaurados há mais de 90 dias	8
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	3
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-

Se existe critério de recebimento de feitos:			
Observações: A Promotoria de Justiça possui, atualmente, livro de registro de atendimento ao público.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Notícia de Fato	2016/348302	17/02/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Notícia de Fato	2015/165353	08/01/2015	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Noticia de Fato	206/382532	22/04/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Notícia de Fato	2016/313036	17/02/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Notícia de Fato	2016/309779	20/01/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Noticia de Fato	2016/386799	01/08/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Notícia de Fato	2016/309801	04/02/2016	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
Notícia de Fato	2016/309743	14/12/2015	Instaurado há mais de trinta dias aguardando resultado de diligencias, sem a devida conversão.
OBSERVAÇÕES			

Resta evidente que há um número extremamente excessivo de feitos que tramitam no Juizado de Violência Doméstica (21.049), embora, no momento da presente inspeção extraordinária, não houve constatação de feitos processuais ou inquéritos policiais com mais de trinta dias com vista ao MP. Verificou-se, também, que foi sanada a falta de livro de registro de atendimento – recentemente, conforme a Resolução n. 38/2016 (CPJ/OE), publicada em 03/11/2016, foram criadas mais 03 (três) promotorias de violência doméstica, com a finalidade de redistribuição do enorme fluxo processual existente.

Quanto às intimações dos membros do MP, constatou-se que todas as relacionadas a feitos virtuais são realizadas eletronicamente, através do Link de intimações do sistema e-saj (doc. anexo).

Quanto aos dados constantes no presente relatório, que não foram devidamente preenchidos, foi informado pelas promotoras de justiça inspecionadas que, em razão dos feitos serem virtuais, o sistema e-saj não disponibiliza os dados exigidos.

Merece registro o fato de que inexistente prévio controle dos inquéritos policiais (problemática geral, no MPCE) – inicialmente os mesmos são encaminhados diretamente aos juizados, sendo encaminhados à Promotoria da Violência Doméstica apenas para verificar necessidade de diligências ou oferecimento de denúncia.

Por fim, impende destacar, também, que as notícias de fato relacionadas ao descumprimento de medidas protetivas anteriormente deferidas pelo juízo, além de serem registradas como procedimentos cíveis – art. 485 CPC (extrajudicial), como regra, são encaminhadas à autoridade policial, para instauração de novo inquérito policial (as 8 notícias de fato, acima destacadas, cujo prazo ultrapassou os 90 dias, apenas aguardam a comprovação, pela autoridade policial, da instauração do respectivo IP, para consequente arquivamento).

Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Lei Estadual nº 13.195/02 e Lei complementar nº 59/06 (anexas)
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
Municípios que compõem a área de atuação: Órgão com atribuição para fiscalizar a gestão da política de saúde do Estado, com foco especial no Município de Fortaleza. Caso a atuação seja em outro município, deverá ser feito em conjunto com o respectivo promotor de justiça com atribuições na área da saúde. Importante ressaltar que a Resolução nº 22/2015 (anexa), do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, confere aos Promotores de Justiça que oficiam nas Comarcas do interior do Estado atribuições extrajudiciais e judiciais para atuação na área de defesa da saúde. Ademais, a Recomendação nº 002/2014 (anexa), da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, recomenda “a todos os Membros do Ministério Público do interior do Estado do Ceará que se abstenham de remeter à Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Fortaleza/CE procedimentos extrajudiciais e de solicitar adoção de medidas que devam ser executadas no âmbito	

de sua própria Promotoria de Justiça, em razão das regras de fixação de atribuição e competência material e local”.

TITULAR	Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto
SUBSTITUTO	

DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O membro assumiu o órgão em 27/12/2001; Reside na comarca de lotação (endereço à Rua General Tertuliano Potiguara, 100 – apto cobertura – Fortaleza/CE); Nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; Não exerce o magistério; Não exerce a advocacia; Não respondeu e não responde a procedimento administrativo disciplinar; Responde cumulativamente pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania, na qualidade de Promotora de Justiça auxiliar; Nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; Nos últimos 06 meses ocorreram os seguintes afastamentos:

- 18/04/2016 - Participação na Audiência Pública sobre o custeio constitucionalmente adequado da educação e da saúde e o papel do Ministério Público diante da crise fiscal e da necessidade de equilíbrio federativo, promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais – CDDF/CNMP, na qualidade de membro colaborador do Fórum Nacional da Saúde – FNS/CDDF/CNMP (Portaria CNMP nº 148/2015, anexa). Local: Brasília/DF;

- 03 a 06/05/2016 – Participação na I Reunião Ordinária de 2016 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH/CNPG, na qualidade de membro da Comissão Permanente de Defesa da Saúde – COPEDS/GNDH/CNPG. Local: Salvador/BA;

- 24 a 27/08/2016 – Participação no 4º Congresso Brasileiro Médico e Jurídico e na Reunião do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, do qual participa na qualidade de integrante do Comitê Executivo Estadual do Fórum Nacional da Saúde no âmbito do Estado do Ceará (anexa Portaria CNJ nº 49/2011). Local: Vitória/ES.

- 20 a 23.09.2016 – Participação no 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, na qualidade de membro colaborador do Fórum Nacional da Saúde, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais - FNS/CDDF/CNMP.

Normalmente, cumpre expediente no Órgão do Ministério Público das 8h às 14h. Entretanto, quando necessário, também realiza audiências e reuniões no período da tarde. Ademais, a Promotora de Justiça titular participa de diversas reuniões e eventos externos, na qualidade de representante do MPCE, nos períodos da manhã, tarde e noite.

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento público	ao	Realiza atendimento ao público, das 8h às 14h, presencialmente e por telefone. Os atendimentos são registrados em livro próprio.
Estrutura de Pessoal		2(duas) analistas ministeriais, sendo uma psicóloga e outra assistente social. 1(um) analista ministerial em Direito. 8(oito) técnicos ministeriais. Terceirizados: 2(dois) auxiliares de serviços gerais, 1(uma) copeira, 1(um) motorista e 2(dois) secretários de diligência.
Estrutura física		Órgão do Ministério Público funciona em prédio alugado, localizado à Rua Dom Manuel de Medeiros, nº 2022 – Bairro Parquelândia – Fortaleza/CE. O local atende satisfatoriamente o funcionamento da promotoria de justiça.
Sistema de Arquivo		O arquivamento dos procedimentos é registrado no Sistema de Processos - Promotorias Especializadas (SPPE) e no Sistema Arquimedes de gestão de autos (processos instaurados a partir de julho/2014), bem como resta anotado em planilha elaborada especificamente

	para esse fim. O arquivamento dos processos segue a disciplina da Resolução nº 036/2016, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, com remessa dos autos (Inquéritos Cíveis Públicos e Procedimentos Preparatórios) ou de cópia da decisão fundamentada de arquivamento (Procedimentos Administrativos) ao Douto Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará.											
Sistema de Registro	O registro do andamento dos Procedimentos é realizado através do Sistema de Processos - Promotorias Especializadas (SPPE) e do Sistema Arquimedes de gestão de autos (processos instaurados a partir de julho/2014), além de restarem salvos em rede todos os despachos emitidos e ofícios expedidos. Todos os documentos protocolados são registrados em livro específico. Os ofícios expedidos, além de serem lançados no SPPE e no Sistema Arquimedes, são controlados em livro de Protocolo. A tramitação do processo entre os setores da Promotoria Especializada é registrado no SPPE, em livro de Protocolo e no Sistema Arquimedes.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não se aplica.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s) - (ações ajuizadas entre setembro 2014 e agosto de 2016): 67												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00												
Observações: Todas as ações ajuizadas pela Promotoria de Justiça da Saúde tem o seu andamento processual acompanhado pela promotoria.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Saldo do mês anterior	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuídos no mês	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Impulsionados no mês	26	28	06	15	36	16	15	21	18	16	00	04
Saldo do mês atual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Audiências realizadas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016

Saldo do mês anterior	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuídos no mês	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Impulsionados no mês	05	06	17	17	21	23	08	08	18	2	11	12
Saldo do mês atual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Audiências realizadas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Observações: Ressalte-se que foram considerados como feitos “impulsionados no mês” os processos judiciais em que houve algum tipo de manifestação ministerial, tal como petições e manifestação sobre recursos.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Notícias de fato distribuídas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inquéritos Cíveis Públicos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Procedimentos Preparatórios	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Procedimentos Administrativos	108	166	356	302	308	271	389	303	77	72	53	78
TAC firmado	--	--	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--
Execução de TAC proposta	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	--	2	3	5	5	3	6	6	5	7	--	4
Arquivamento sem Remessa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Arquivamento com Remessa	310	--	442	611	1	--	--	--	--	--	--	--
Termos de Depoimento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	39	15	48	29	36	53	35	76	58	38	3	42
Reuniões (com ata)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Atendimento ao público	250	345	193	157	136	110	135	128	58	28	15	39
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016
Notícias de fato distribuídas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inquéritos Cíveis Públicos	01	01	--	24	35	20	06	11	27	33	27	21
Procedimentos Preparatórios	--	--	--	03	11	09	14	11	20	11	08	--
Procedimentos Administrativos	87	73	76	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TAC firmado	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Execução de TAC proposta	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	--	--	--	01	--	--	--	--	--	--	--	--
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	01	02	04	03	--	--	3	3	01	--	01	--
Arquivamento sem Remessa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Arquivamento com Remessa	--	--	350	50	--	--	01	--	--	--	--	--
Termos de Depoimento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	23	30	49	37	20	10	22	09	07	18	10	03
Reuniões (com ata)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Atendimento ao público	32	25	56	38	70	68	50	38	55	62	44	65

Observações:

1. Em que pese haver um grande volume de reuniões realizadas no âmbito deste Órgão Ministerial, não há elaboração de atas. Quando se faz necessária a redução a termo das discussões efetivadas, consideramos como audiência e lavramos o correspondente termo;
2. No período de 18/06/16 a 10/07/16, houve uma paralisação parcial das atividades à cargo desta Promotoria de Justiça Especializada, em razão de mudança de sede do Órgão, conforme Portaria 001/2015 (anexa).

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	00
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade) – setembro/2014 a agosto/2016	03
	Ações para a defesa de direito individual indisponível (mandados de segurança)	64
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	--
	Com vista há mais de 6 meses:	--
	Com vista há mais de 12 meses:	--
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	--
	Em tramitação há mais de 30 dias:	--
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	00
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	41
	Em tramitação há mais de 180 dias:	00
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	268
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	02
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	--
	Em tramitação há mais de 90 dias;	11.539
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		01
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		04
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		02

Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		13
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	--
	Estabelecimentos prisionais:	--
	Centros de internamentos provisórios:	--
	Outras unidades de atendimento:	--
	Estabelecimentos de idosos:	--
	Estabelecimentos de deficientes:	--
	Estabelecimentos de Saúde (2014 a 2016)	211
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas (2014 a 2016)	20
	Fundações:	--
Qual o critério de recebimento de feitos: Os procedimentos extrajudiciais (Inquéritos Civil Públicos, Procedimentos Preparatórios e Procedimentos Administrativos) são instaurados a partir de denúncias recebidas através do setor de atendimento, setor de protocolo, contatos telefônicos, mensagens eletrônicas (e-mails), fax e matérias jornalísticas.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
<p>- Que o Conselho Nacional do Ministério Público firme posicionamento uniformizando da atuação das Promotorias de Justiça especializadas na defesa da saúde, considerando que em alguns Estados não há atuação quanto às demandas individuais;</p> <p>- Necessidade de aporte de recursos humanos para absorver demanda reprimida, considerando que o quantitativo de processos permanece aumentando, ao passo que o número de colaboradores sofreu uma redução drástica no ano de 2015, com o afastamento dos terceirizados, situação já de conhecimento deste Conselho Nacional.</p> <p>- Com a criação da segunda promotoria da saúde de Fortaleza, a inspecionada sugere que seja fixado critério de distribuição dos feitos por matéria e o residual por distribuição equitativa.</p>		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE		
<p>- Aproximação do Ministério Público com a Comissão de Saúde da OAB Ceará, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, para realização de ações conjuntas tais como fiscalizações, eventos, seminários, etc.</p> <p>- Atuações em destaque:</p> <p>Membro colaboradora do Fórum Nacional de Saúde, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNS/CDDF/CNMP), desde 2014;</p> <p>Membro do Comitê Executivo Estadual do Judiciário para a Saúde (CNJ/CE), desde 2011;</p>		

Membro da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), a qual integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), Órgão do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE)

1ª Vice-Presidente da Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA) – biênio 2015/2017;

Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará, desde 2012

Membro do Grupo Estadual de Direitos Humanos (GEDH) no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, desde 2012;

Promotora de Justiça Auxiliar do Centro de Apoio Operacional da Cidadania (Caocidadania) do Ministério Público do Estado do Ceará, desde 2014;

Membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará, representando o Ministério Público do Estado do Ceará, desde 2015;

Membro Suplente do Conselho Interinstitucional de Políticas sobre Drogas do Estado do Ceará.

Foi criado um grupo de “WhatsApp Messenger” denominado “gjudsesa” com integrantes de diversas autoridades da área de saúde com o propósito de discutir/resolução de assuntos atinentes a área.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Inquérito Civil	265586/2015	1/09/2015	Regular
Inquérito Civil	275613/2015	06/10/2015	Regular
Procedimento Preparatório	33973/2016	17/05/2016	Regular
Procedimento Preparatório	315884/2016	25/02/2016	Regular
Procedimento Preparatório	342348/2016	27/05/2016	Regular
Procedimento Preparatório	353363/2016	06/07/2016	Regular

OBSERVAÇÕES

Todos os procedimentos analisados, 2(dois) inquéritos civis e 4(quatro) procedimentos preparatórios, esses por amostragem, estão com a tramitação regular, com portaria de instauração delimitando o objeto, despachos de renovação.

Promotoria de Justiça Militar

PROMOTORIA DE JUSTIÇA MILITAR	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	1) Atuar na investigação e processamento de crimes militares ocorridos no Estado do Ceará, mediante requisição de diligências, requisição de instauração de inquéritos policiais militares, instauração de procedimento extrajudicial, promoção de ação penal pública e manifestações processuais, inclusive interposição de recursos; 2) Atuar como fiscal da lei nos processos cíveis contra atos disciplinares militares quando couber intervenção ministerial; e 3) Atuar no controle externo da atividade policial militar. A Lei Complementar estadual nº 72/2008, no seu art. 277, inciso II, alínea “n” define uma Promotoria de Justiça Militar a compor a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará.
Atribuições extrajudiciais? Sim. Notícia de Fato. Exerce o Controle Externo nas Unidades Militares	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não.	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim. Atividade militar estadual.	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
Municípios que compõem a área de atuação: Todos os 184 municípios do Estado do Ceará (crimes militares).	
TITULAR	Sebastião Brasilino de Freitas Filho (Ato nº 30, de 05 de maio de 2015, do Procurador-Geral de Justiça, disponibilizado no Diário de Justiça eletrônico do Estado do Ceará (DJe/CE), em 12 de maio de 2015, à página 39)
SUBSTITUTO	
DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
<p>O referido titular da PmJ-MIL, Dr. Sebastião Brasilino de Freitas Filho, recentemente teve seu afastamento prorrogado por mais 90 dias, conforme Portaria nº 4541/2016 (disponibilizada no DJe/CE em 11 de agosto de 2016, à página 36), em razão de decisão da Corregedoria Nacional do Ministério Público nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00179/2016-15.</p> <p>Destarte, encontra-se prejudicado devido o preenchimento dos dados deste formulário porquanto este membro, José Francisco de Oliveira Filho, a quem foi enviado o Termo de Correição, é titular da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano da Comarca de Fortaleza (2ªPmJ-MAPU) e tão somente encontra-se respondendo pela Promotoria de Justiça Militar (PmJ-MIL), sem prejuízo de suas funções, juntamente com outro membro mais recentemente designado Neemias de Oliveira Silva (Portaria PGJ nº 4544/2016), conforme Portarias nº 2437/2016 e nº 4542/2016, do Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>O membro assumiu o órgão em 02.05.2016, ficando designado até a presente data; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério; não exerce a advocacia; não respondeu e não responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão (acima descrito); nos últimos 06 meses recebeu colaboração (Promotor Neemias de Oliveira Silva);</p>	

nos últimos 06 meses não se afastou das atividades; cumpre expediente das 08:00h às 14:00h, de segunda a sexta.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Sim, eventualmente - período vespertino, com registro no respectivo livro.											
Estrutura de Pessoal	1(um) estagiário.											
Estrutura física	1 gabinete, com uma antesala e uma sala de apoio. 3 computadores, 2 impressoras e 4 monitores.											
Sistema de Arquivo	Físico, com livro de registro (sem registro anterior).											
Sistema de Registro	Físico (livros de controle)											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não se aplica.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 539 (quinhentos e trinta e nove).												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 38 (trinta e oito).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Saldo do mês anterior - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Impulsionados no mês - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior – NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês – NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês – NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual – NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias Oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de Interceptações Telefônicas Iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016
Saldo do mês anterior - Ações Penais												

Distribuídos no mês - Ações Penais												
Impulsionados no mês - Ações Penais												
Saldo do mês atual - Ações Penais												
Saldo do mês anterior - IP's									103	82	90	103
Distribuídos no mês - IP's									15	13	15	26
Impulsionados no mês - IP's												
Saldo do mês atual - IP's									82	90	103	129
Saldo do mês anterior - NF's												
Distribuídos no mês - NF's												
Impulsionados no mês - NF's												
Saldo do mês atual - NF's												
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos												
Termos Circunstanciados Distribuídos												
Atendimento ao Público												
Audiências realizadas												
Recursos Interpostos												
Sessões do Tribunal do Júri												
Arquivamentos de IP												

Arquivamentos de PIC												
Denúncias Oferecidas									5	13	4	6
Número de Interceptações Telefônicas Iniciadas												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										1	
	Com vista há mais de 6 meses:										2	
	Com vista há mais de 12 meses:										3	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										1	
	Com vista há mais de 6 meses:										4	
	Com vista há mais de 12 meses:										6	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										3	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:										0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):										0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
Notícias de Fato	Instaurados há menos de 30 dias										0	

	Instaurados há mais de 90 dias	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
	Recomendações feitas nos últimos 12 meses:	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
Se existe critério de recebimento de feitos:	Todos os feitos que tramitar na Auditoria Militar	
Observações: Não foi possível o preenchimento dos campos relativos a movimentação processual de set/2014 a agosto/2016 em virtude de não ter sido disponibilizado os dados à equipe de inspeção.		
Quanto aos processos físicos, todos os feitos em atraso estão sob a responsabilidade Grupo de Descongestionamento vinculado ao PGJ, conforme portaria n.º 6.068/2016.		
.SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
Embora este membro não titularize a Promotoria de Justiça Militar, entendo que, além do membro a efetivamente titularizá-la ou a substituir o membro titular, o órgão necessita de pelo menos um Analista Ministerial - Direito e um Técnico Ministerial.		
O órgão, no exercício do Controle Externo da Atividade Policial Militar, é responsável pelas visitas às instituições militares.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE		
Expedição de recomendação, no sentido de que a apuração de intervenção policial com morte de civil seja feita diretamente.		
OBSERVAÇÕES		
A relação dos feitos em atraso, tão somente os virtuais (físicos estão com o Grupo de Descongestionamento), estão anexados ao presente termo de inspeção.		

4ª Promotoria de Justiça Criminal

4a PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuação em Inquéritos Policiais e feitos criminais comuns.

Atribuições extrajudiciais? não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? não	
Municípios que compõem a área de atuação: Fortaleza-CE	
TITULAR	Delma Longo dos Santos Mendes
SUBSTITUTO	Edna Lopes Costa da Matta
DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
<p>O membro SUBSTITUTO assumiu o órgão em 19/04/2016, mediante Portaria do Procurador-Geral de Justiça; reside na comarca de lotação; nos últimos 06 meses não participou de cursos de aperfeiçoamento e não exerce o magistério; não exerce a advocacia; e não responde a procedimento administrativo disciplinar; é titular e responde cumulativamente pela 37ª Promotoria Cível da comarca de Fortaleza; nos últimos 06 meses não recebeu colaboração; nos últimos 06 meses não se afastou das atividades;</p> <p>O membro TITULAR assumiu o órgão em fevereiro de 2014, mediante portaria do Procurador-Geral de Justiça, reside no Município vizinho de Eusébio, com autorização do Procurador-Geral de Justiça e da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará. Nos últimos 06 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério, não exerce a advocacia e não responde a procedimento administrativo disciplinar.</p>	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento público	ao SIM, embora não faça registro de atendimento, tendo em vista a falta de estrutura física e de pessoal para a anotação dos respectivos atendimentos.
Estrutura de Pessoal	(01) Um estagiário para a titular e (01) um estagiário para a substituta. Na secretaria executiva(Central de Inquérito) das promotorias criminais são lotados 6(seis) servidores, sendo 5 (cinco) técnicos e um analista, único que assessora todas as 54 (cinquenta e quatro) promotorias criminais.
Estrutura física	Precária. Divide um gabinete de aproximadamente 12 metros quadrados com mais dois promotores de justiça. Possui computador para cada promotor e duas impressoras para os 54 promotores criminais.
Sistema de Arquivo	Arquivo eletrônico em pasta própria.
Sistema de Registro	Esaj - processo eletrônico
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Secretaria da vara. Os únicos acordos que podem gerar recursos financeiros são provenientes das suspensões condicionais dos processos, sendo geridos exclusivamente pelas respectivas varas.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.826, sendo 2.095 processos e 731 inquéritos policiais.		
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 155 virtuais (processos e inquéritos policiais)		
Observações: Os Inquéritos Policiais (físicos), instaurados mediante portaria, submetem-se, apenas, ao controle efetuado durante a visita semestral efetuada pelo controle externo. Apenas quando são enviados ao Fórum Clóvis Beviláqua é que são registrados (numeração do CNJ) e distribuídos aos respectivos membros. Entretanto, posteriores movimentações desses inquéritos (requerimento de diligências, etc.), não figuram no sistema Esaj (utilizado pelo TJCE), posto que o sistema Arquimedes (utilizado pelo MPCE) não se comunica com o Esaj, dificultando, sobremaneira, o acompanhamento real da tramitação dos inquéritos.		
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CIVIL		
EXTRAJUDICIAL		
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	-
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	-
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	-
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-

	Em tramitação há mais de 180 dias:	-										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	-										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	-										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		-										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		-										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		-										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	-										
	Estabelecimentos prisionais:	1										
	Centros de internamentos provisórios:	-										
	Outras unidades de atendimento:	-										
	Estabelecimentos de idosos:	-										
	Estabelecimentos de deficientes:	-										
	Estabelecimentos de Saúde:	-										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	-										
	Fundações:	-										
Qual o critério de recebimento de feitos: Sistema Esaj (virtual) – Inquéritos Policiais físicos tramitam via Central de Inquéritos (MPCE).												
- ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Set 2014	Out	Nov	Dez	Ja	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2015
Saldo do mês anterior - Ações Penais	2188	2158	2162	2118	2138	2133	2163	2162	2161	2174	2072	2237
Distribuídos no mês - Ações Penais	36	15	29	16	19	25	27	33	14	26	66	38

Impulsionados no mês - Ações Penais	27	20	25	20		24	20	23		31	40	22
Saldo do mês atual - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior - IP's	585	599	609	667	675	630	650	656	853	684	837	834
Distribuídos no mês - IP's	27	35	36	25	32	35	34	34	40	37	28	28
Impulsionados no mês - IP's	43	30	50	21	-	40	74	35		58	54	28
Saldo do mês atual - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	88	84	89	28	0	71	172	75	83	76	40	87
Recursos Interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP	02	02				1	1					1
Arquivamentos de PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias Oferecidas	28	13	35	20	12	24	27	32	13	45	47	40
Número de Interceptações Telefônicas Iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERÍODO	Set 2015	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago 2016

Saldo do mês anterior - Ações Penais	2240	2301	2326	2297	2308	2342	2321	2294	2242	2225	2224	2172
Distribuídos no mês - Ações Penais	20	18	22	20	18	27	35	35	35	29	20	16
Impulsionados no mês - Ações Penais	32	24	23	22	31	23	41	34	87	110	73	67
Saldo do mês atual - Ações Penais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior - IP's	820	697	723	731	733	742	756	759	764	774	776	782
Distribuídos no mês - IP's	11	44	12	9	9	10	13	83	11	17	13	11
Impulsionados no mês - IP's	62	44	49	35	30	30	06	48	72	64	65	78
Saldo do mês atual - IP's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês anterior - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual - NF's	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao Público												
Audiências realizadas	105	90	82	44	19	73	94	71	77	95	140	80
Recursos Interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP	4		1	1							26	14
Arquivamentos de PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias Oferecidas	24	15	22	21	17	28	14	18	36	35	45	27
Número de Interceptações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Telefônicas Iniciadas												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										64	
	Com vista há mais de 6 meses:										00	
	Com vista há mais de 12 meses:										00	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										79	
	Com vista há mais de 6 meses:										00	
	Com vista há mais de 12 meses:										00	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Procedimentos Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:										-	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):										-	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):										-	
Notícias de Fato	Instaurados há menos de 30 dias										-	
	Instaurados há mais de 90 dias										-	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	sim(duas)	
	Estabelecimentos prisionais:	-	
	Centros de internamentos provisórios:	-	
Se existe critério de recebimento de feitos:	A titular recebe os feitos ímpares e a substituta os feitos pares		
Observações: Os dados das ações e inquéritos impulsionados de setembro de 2014 a maio de 2016 são referentes apenas à titular Delma Longo dos Santos Mendes, pois não foi possível colher os dados com os outros titulares que dividiam a Promotoria, cada um a sua época, que eram os Promotores de Justiça Sebastião Brasilino e Johatan de Castro Machado, pois os mesmos encontram-se afastados de suas funções, por determinação do CNMP. Nos Meses de janeiro e maio de 2015 não constam esses dados, em face da titular Delma Longo dos Santos Mendes encontrar-se em gozo de férias.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS (CÍVEIS E CRIMINAIS)			
ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Inquérito Policial	1023747-20.2000.8.06.0001/0	11/02/2004	Irregular. Com vista ao MP desde 24/05/2016
Inquérito Policial	0428913-33.2010.8.06.0001/0	21/06/2010	Irregular. Com vista ao MP desde 30/05/2016 Inquérito Policial com diversas diligências requisitadas pelo MP Inspecionado pela Corregedoria Local em 26/10/2016
Inquérito Policial	486616-82.2011.8.06.0001/0	30/05/2011	Irregular. Com vista ao MP em 03/10/2016
Inquérito Policial	0066140-20.2013.8.06.0001/0	18/02/2013	Irregular. Com vista ao MP em 04/10/2016
Inquérito Policial	0767458-60.2014.8.06.0001/0	08/05/2014	Irregular. Com vista ao MP 09/09/2016. Autoridade policial não cumpriu diligência no prazo indicado na cota.
Inquérito Policial	0071549-06.2015.8.06.0001	26/08/2014	Irregular. Com vista ao MP em 27/06/2016. Primeira vista ao MP apenas em 14/01/2016, momento em que foi requerida diligência.
Inquérito Policial	109249-60.2008.8.06.0001/0	25/02/2008	Irregular. Com vista ao MP desde 19/02/2016.

Inquérito Policial	0025465- 10.2016.8.06.0001	14/11/2012	Irregular. Com vista ao MP desde 10/05/2016. Declínio de competência, com remessa ao MPE, para fins de adoção das providências que entender cabíveis.
Inquérito Policial	003332- 06.2015.8.26.0048	05/06/2014	Irregular. Com vista ao MP desde 08/06/2016. Declínio de competência, com remessa ao MPE, para fins de adoção das providências que entender cabíveis.
Inquérito Policial	0170162- 66.2012.8.06.0001	13/06/2012	Irregular. Com vista ao MP desde 06/06/2016 – precatória cumprida.
OBSERVAÇÕES			
Os processos listados no campo acima foram selecionados por amostragem, tendo em vista o excessivo número de feitos com vistas ao MP com prazo acima de 30(trinta) dias.			

Constatações

3. Constatações da Equipe de Correição

3.1 Das Constatações Gerais

A 4ª Promotoria de Justiça Criminal, localizada no Fórum Clóvis Beviláqua, possui precária estrutura física, sendo o gabinete da promotoria inspecionada dividido com mais duas promotorias de justiça, num espaço físico absolutamente inadequado ao regular desenvolvimento das atividades ministeriais, contando apenas com um computador pessoal para cada membro. Não possui local adequado para atendimento ao público, sequer sanitário privativo para os membros e servidores. Um único gabinete é dividido por três membros, sendo digno de registro negativo que o ambiente não conta com refrigeração adequada, fato que obriga os membros e servidores (estagiários) a laborarem mesmo com a temperatura elevada para o local.

Quanto à Promotoria de Justiça Militar, conquanto também ocupe espaço no Fórum Clóvis Beviláqua, em comparação à 4ª Promotoria de Justiça, é dotada de melhor estrutura física, contando o gabinete com duas ante salas exclusivas, dotadas de equipamento de informática e impressora – sem olvidar o fato de que o gabinete é exclusivo para o membro (não há divisão de espaço com outro colega).

No que tange à Promotoria de Defesa da Saúde Pública, a mesma é situada numa edificação (casa) de dois pavimentos, que, embora alugada, contempla satisfatoriamente as necessidades para uma regular atuação do membro, contando com gabinete para a Promotora de Justiça, sala de audiência (muito bem estruturada), bem como com diversos compartimentos, que são usados pelo corpo de servidores.

Convém anotar que dentre todas as promotorias inspecionadas, foi a que apresentou melhor estrutura física.

Por fim, a Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ocupa uma edificação (casa) de um único pavimento, também alugada, que atende às necessidades do serviço, contando com gabinete para as duas Promotoras de Justiça lá oficientes, bem como com salas para os serviços auxiliares, sendo dotada de equipamento de informática satisfatório. No que pertine à segurança dos membros e servidores, verificou-se que todas as Promotorias de Justiça visitadas dispõem de agente de segurança (terceirizados) na entrada das respectivas unidades, à exceção das duas promotorias situadas no citado Fórum, que já contempla segurança própria, realizada por policiais militares.

Estrutura de servidores administrativos das Promotorias de Justiça visitadas, notadamente da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Fortaleza e da Promotoria de Justiça Militar é absolutamente inadequada ao bom funcionamento dos serviços, visto que contam com o auxílio apenas de um estagiário para cada órgão de execução, não dispondo as mesmas de sequer um servidor técnico administrativo ou mesmo um analista, para auxiliar o membro em suas atividades. Quanto à Promotoria da Saúde, a mesma possui quadro de servidores administrativos compatível com as necessidades do serviço, dispondo, ao todo, incluindo os terceirizados, de 16 (dezesesseis) colaboradores. A Promotoria de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher possui um técnico ministerial e 3 (três) estagiários, não dispondo de qualquer outro servidor, cuja necessidade é evidente, como por exemplo, serviço de assistência social e psicologia.

Quanto à divisão das atribuições de todas as unidades inspecionadas, merece destaque o fato de que a Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher conta com a atuação de dois membros, Promotoras de Justiça, que dividem de forma equânime os feitos, sendo os pares destinados para a Promotora auxiliar e os ímpares à titular. O mesmo ocorre em relação à 4ª Promotoria Criminal, sendo que pôde ser observado que, mesmo após a designação de um membro auxiliar, não houve considerável incremento na movimentação processual – baixa produtividade.

Das unidades visitadas, à exceção da Promotoria de Justiça Militar, onde atualmente está oficiando o Promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho, titular da 2ª Promotoria do Meio Ambiente, que atua cumulativamente perante as duas unidades, em razão do afastamento do titular, em todas as outras unidades inspecionadas os respectivos membros oficiam com exclusividade.

Durante dos trabalhos de inspeção, a presente equipe foi acompanhada pelo Corregedor Geral do MP José Wilson Sales Júnior e pelo Presidente da Associação Cearense do MP Lucas Felipe Azevedo de Brito.

Considerando que foi detectado um razoável número de Inquéritos Policiais apresentando irregularidades na movimentação, foi realizada uma visita na Central de Inquéritos, onde se constatou que a principal problemática decorre da ausência de comunicação entre o sistema Arquimedes (MPCE) e o E-saj (TJCE) – todos os membros inspecionados registraram reclamações direcionadas ao sistema Arquimedes

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (PGJ). *Acerca das constatações gerais, observam-se quatro pontos que merecem atenção. Sobre a estrutura física da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Fortaleza, cabe-nos asseverar que a Procuradoria-Geral de Justiça lançou chamamento público visando à prospecção no mercado imobiliário de Fortaleza, com o fito de viabilizar futura locação de imóvel para este Ministério Público.*

Pretende-se, por meio da referida locação, reunir os órgãos de execução da Capital, aí incluída a 4ª Promotoria de Justiça Criminal inspecionada, em instalação física adequada ao bom funcionamento dos órgãos.

Nesse sentido, é imperioso aguardar-se a conclusão do procedimento de locação, no qual foram apresentadas propostas por construtoras interessadas, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias para viabilizar uma estrutura apropriada para os órgãos de execução da capital. Desta feita, não se mostra no melhor interesse público realizar reforma no espaço ora ocupado pela 4ª Promotoria de Justiça Criminal, cedido pelo Tribunal de Justiça.

*O relatório preliminar, ainda em suas constatações gerais, aponta a **deficiência de servidores na 4ª Promotoria de Justiça Criminal e na Promotoria de Justiça Militar**, nenhuma das quais contam hoje com servidores para a realização dos trabalhos técnico-administrativos. Duas considerações merecem ser feitas sobre o assunto. Primeiramente, cabe-nos ressaltar que o Ministério Público do Ceará passa hoje por realinhamento de seu planejamento estratégico e revisão de sua estrutura administrativa, contando, para tanto, com a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (Falconi Consultores de Resultado). Por meio da modernização de sua gestão, almeja-se reorganizar a distribuição de recursos humanos da Instituição, de forma a melhor atender às demandas dos órgãos de execução.*

Ademais, é relevante que se enfatize que os serviços técnico-administrativos das Promotorias de Justiça criminais são prestados pela Secretaria Executiva das Promotorias de Justiça Criminais, a qual teve sua estrutura incrementada com a extinção gradativa da Central de Inquéritos, conforme proposta apresentada ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e provisoriamente vigente por meio do Provimento nº 059/2016. Cabe ressaltar ainda que a extinção da referida central e a absorção de suas atribuições pela Secretaria Executiva Criminal foi medida anteriormente sugerida por essa Corregedoria Nacional.

*Já no que trata do **represamento de feitos constatados na Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, é importante indicar que a área passa também por reestruturação neste Parquet.*

Com efeito, após redimensionamento das atribuições das promotorias de justiça que atuam nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza, o Ministério Público tem realocado seus recursos humanos (promotores de justiça e servidores) para outras áreas com maior demanda. Dentre essas áreas, destaca-se o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, após aprovação pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a Mensagem de Lei nº 03/2016, posteriormente convertida em Projeto de Lei nº 113/2016 (anexo). Como se observa no art. 1º, incisos IV, V e VI do projeto, três promotorias de justiça da Capital passarão a ter atribuição para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir da criação de três novos órgãos de execução voltados à matéria, espera-se solucionar, a médio e a longo prazo, o represamento de processos judiciais e extrajudiciais na área em questão. Tal alteração, contudo, depende ainda da aprovação do citado Projeto de Lei nº 113/2016, o qual se encontra apto à votação pelo plenário da Assembleia Legislativa cearense.

*Por fim, ainda quanto às constatações gerais, essa Corregedoria verificou **irregularidades na movimentação dos inquéritos policiais**, diante da ausência de comunicação entre o sistema Arquimedes, de tramitação dos feitos no Ministério Público, e e-Saj, de tramitação dos feitos no Poder Judiciário. Cabe asseverar que o Parquet tem levado a cabo a modernização de sua estrutura de tecnologia da informação, sendo a substituição do sistema Arquimedes uma das principais etapas dessa modernização. Após celebração de Termo de Cooperação Técnica nº 28/2015 (anexo) com o Ministério Público da Paraíba, a Instituição adquiriu a licença de uso do software “MPVirtual”, o qual congrega, em uma só sistema, a tramitação de feitos judiciais, extrajudiciais e de gestão administrativa. O sistema MPVirtual atende às demandas de simplificação da tramitação de feitos, substituindo o vetusto sistema Arquimedes e permitindo a comunicação direta com o sistema e-Saj e com os demais sistemas de dados do próprio Ministério Público. A implantação do sistema, contudo, vem sendo feita em módulos, não sendo possível o seu pleno funcionamento em todas as unidades ministeriais. Uma vez implementado, contudo, espera-se solucionar as deficiências oriundas da falta de comunicação entre os sistemas. Desta feita, são essas as manifestações cabíveis quanto às Constatações Gerais.*

3.2 Das Constatações Específicas por Unidade

3.2.1 Promotoria de Justiça de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/Fortaleza

Esta Promotoria de Justiça é ocupada por duas Promotoras de Justiça, sendo uma titular e outra auxiliar, nominadas no respectivo termo de inspeção. Embora conste no citado termo atribuição extrajudicial, não houve, no período inspecionado, a verificação de instauração de qualquer procedimento (PP, IC, PIC), restando circunscrita a atividade extrajudicial ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como ao acompanhamento do cumprimento de medidas protetivas decretadas judicialmente.

Impende registrar que, no momento da presente correição extraordinária, não houve constatação de feitos processuais ou inquéritos policiais com mais de trinta dias com vista ao MP, embora seja importante salientar o grande número de feitos que tramitam na vara de violência doméstica, denotando zelo e produtividade satisfatória das inspecionadas. Verificou-se, também, que foi sanada a falta de livro de registro de atendimento.

Quanto às intimações dos membros do MP, constatou-se que todas as relacionadas a feitos virtuais são realizadas eletronicamente, através do Link de intimações do sistema e-saj (doc. anexo).

Quanto aos dados constantes no presente relatório, que não foram devidamente preenchidos, foi informado pelas promotoras de justiça inspecionadas que, em razão dos feitos serem virtuais, o sistema E-saj não disponibiliza os dados exigidos.

Merece registro o fato de que inexistente prévio controle dos inquéritos policiais (problemática geral, no MPCE) – inicialmente os mesmos são encaminhados diretamente aos juizados, sendo encaminhados à Promotoria da Violência Doméstica apenas para verificar necessidade de diligências ou oferecimento de denúncia.

Por fim, convém destacar, também, que as notícias de fato relacionadas ao descumprimento de medidas protetivas anteriormente deferidas pelo juízo, além de serem registradas como procedimentos cíveis – art. 485 CPC (extrajudicial), como regra, são encaminhadas à autoridade policial, para instauração de novo inquérito policial, cujo prazo ultrapassou os 90 dias, apenas aguardam a comprovação, pela autoridade policial, da instauração do respectivo IP, para consequente arquivamento).

3.2.2 Promotora de Justiça de Defesa da Saúde Pública.

A inspecionada, Promotora de Justiça Isabel Maria Salustiano Arruda Porto, no período objeto da correição, ajuizou 3 (três) ações civis públicas e 64 (sessenta e quatro) mandados de segurança, todos esses relacionados a direitos individuais. Constatou-se, também, a correção realizada no sistema de registro e acompanhamento de feitos, atualmente utiliza o adotado pelo MPCE (“Arquimedes”). Percebe-se que a inspecionada dá ênfase à resolução das irregularidades/ilegalidades verificadas na área da saúde, através de meios extrajudiciais, promovendo intensa interação com os órgãos Estaduais e Municipais de Saúde.

A atividade judicial prevalece, consoante constatado no termo de inspeção, na defesa de direitos individuais indisponíveis, manejando diversas vezes mandado de segurança. Todos os procedimentos extrajudiciais analisados encontravam-se com tramitação regular, obedecendo à taxonomia do CNMP, e respeitando os prazos legais.

3.2.3 Promotoria de Justiça Militar.

Esta Promotoria de Justiça, em razão do afastamento do titular, Promotor de Justiça Sebastião Brasilino de Freitas Filho, por mais 90 dias, conforme Portaria nº 4541/2016 (disponibilizada no DJe/CE em 11 de agosto de 2016, à página 36) - decisão da Corregedoria Nacional do Ministério Público, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00179/2016-15, é ocupada atualmente pelo Promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho, que é titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, e atua com acumulação nesses dois órgãos de execução, circunstância que, por certo, ocasiona um acúmulo excessivo de trabalho, com evidente prejuízo à atividade ministerial.

Consoante se observa no respectivo termo de inspeção, diversos dados estatísticos deixaram de ser preenchidos, segundo o inspecionado em razão do mesmo somente ter assumido a Promotoria de Justiça Militar em maio do ano em curso – dispunha apenas dos dados confeccionados a partir dessa data (tal afirmação foi corroborado pelo Corregedor Geral de Justiça, que se fez presente no ato da inspeção).

Outra situação digna de registro pela equipe de inspeção foi a absoluta impossibilidade de verificação dos feitos físicos, com vista ao MP, uma vez que todos os processos judiciais, à exceção dos virtuais, haviam sido entregues ao Grupo de Descongestionamento, formado por Promotores de Justiça, vinculados ao PGJ, conforme portaria n.º 6.068/2016. Anote-se que até o término da inspeção não foi disponibilizada a análise dos referidos feitos físicos. Segundo nos foi informado, o Promotor de Justiça Titular, Sebastião Brasilino de Freitas Filho, não disponibilizava corretamente os dados dos feitos em tramitação na Promotoria/Vara, bem como outros dados exigidos no presente termo de inspeção.

Restou também constatada uma absoluta discrepância entre os dados apresentados pelo membro e os constantes na respectiva vara (cartório) judicial. Pode ser verificado que na lista de feitos com vista ao MP apresentada pelo cartório, na maioria das vezes, nos feitos analisados, não havia comprovação da efetiva intimação do membro – havia apenas uma certidão cartorária.

Mesmo assumindo as funções na promotoria inspecionada em maio/2016, o inspecionado não preencheu todos os campos existentes no termo de inspeção, a partir da data que começou a officiar.

Registre-se, por fim, a premente necessidade de designação de um Promotor de Justiça com exclusividade citada promotoria de justiça, enquanto durar o afastamento do titular, ou até ser provida por outro membro, visto que a atuação do membro, em acumulação com outro órgão

de execução, ocasiona prejuízo ao regular andamento dos processos em tramitação na vara.

Por derradeiro, verificou-se também a necessidade de realização de acompanhamento regular, pela Corregedoria local, até a normalização dos trabalhos da promotoria inspecionada.

Por fim, é digno de registro o fato de que restou apurado pela equipe de inspeção que os promotores afastados, Sebastião Brasilino de Freitas Filho e Joathan de Castro Machado, que efetuaram permuta (4ª Promotoria Criminal e Promotoria Militar) sempre tinham por costume se substituírem mutuamente (nas férias e demais afastamentos).

3.2.4 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Fortaleza.

São lotadas na presente Promotoria de Justiça as Promotoras Delma Longo dos Santos Mendes, titular, e Edna Lopos da Costa Matta, auxiliar. Quando da inspeção, somente se fazia presente a promotora de justiça titular.

Durante a inspeção, constatou-se a excessiva quantidade de processos que tramitam na respectiva unidade judiciária (quase três mil processos), sendo pouco menos de um terço (1/3) de inquéritos policiais, não dispondo as promotoras de justiça de assessor (analista), para auxiliar os trabalhos, situação que, por certo, contribui para a quantidade excessiva de feitos com vista ao MP, com mais de 30 dias. Por serem promotorias de justiça criminais e eminentemente judiciais, participam, diariamente, de um número excessivo de audiências judiciais, evidenciando, assim, a imperiosa necessidade de indicação/lotação de servidores/assessores para auxiliarem os membros.

A equipe de inspeção, ao efetuar a análise por amostragem, de inquéritos policiais que tramitam há mais de trinta dias, constatou a baixa resolutividade desses feitos, em especial pelo fato das constantes prorrogações, a pedido da autoridade policial, sem que qualquer diligência complementar tenha sido requerida pelo membro.

A despeito da evidente ausência de estrutura de servidores, foi verificada a existência de 155 (cento e cinquenta e cinco) processos, com vista ao MP por mais de 30 (trinta) dias, dentre os quais, por amostragem, foram analisados 8 (oito) processos/inquéritos, cujas observações encontram-se no respectivo termo de inspeção.

3.2.5 Central de Inquéritos

Considerando que durante a inspeção realizada na 4ª Promotoria Criminal, restou evidenciada a ausência de controle no acompanhamento real, dos Inquéritos Policiais, a equipe visitou a Central de Inquéritos, momento após o qual pôde constatar irregularidades, tanto no que se refere ao controle de Inquéritos Policiais, instaurados por Portaria, quanto nos Inquéritos decorrentes de Prisão em Flagrante.

No que tange aos Inquéritos Policiais instaurados mediante Portaria, constatou-se que inexistia o prévio controle dos mesmos – apenas se tem uma noção da existência deles quando da

realização da inspeção semestral das Promotorias de Controle Externo (visita às delegacias).

Fora isso, apenas quando a autoridade policial encaminha o IP ao Fórum (com relatório), é que são numerados, pelo Protocolo, e encaminhados para a Central de Inquérito. Ocorre que, em razão da inexistência de comunicação entre o sistema Arquimedes (MPCE) e o E-saj (TJCE), a partir de então, as posteriores movimentações desses IPs não são lançadas no sistema E-saj, o que dificulta, sobremaneira, o acompanhamento pelos interessados.

O mesmo ocorre com os Inquéritos Policiais instaurados em razão de Flagrante – após a entrada no Protocolo do Fórum, momento em que recebem a numeração do CNJ, os mesmos são encaminhados à Central de Inquérito. A partir de então, o mesmo problema passa a ocorrer (sejam inquéritos físicos ou virtuais) – em caso de posterior movimentação, as mesmas não são registradas no E-saj.

4. Indagações da Corregedoria Nacional

4.1 Informações e esclarecimentos acerca das **constatações-gerais** da equipe da Corregedoria Nacional.

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPCE, Corregedor-Geral do MPCE, Membros Correicionados.

4.2 **Constatações Específicas:**

4.2.1 Com relação à **Promotoria da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher** indaga-se:

4.2.1.1 De que forma é realizado o controle externo da atividade policial no que tange aos crimes da atribuição da unidade, notadamente a aferição do cumprimento de prazos de tramitação dos inquéritos instaurados, bem como quantidade de apuratórios instaurados e sua consequente remessa ao Juízo ou Ministério Público?

4.2.1.2 Informações adicionais acerca da constatação atinentes às Notícias de Fato relativas aos descumprimentos de medidas protetivas anteriormente decretadas. Sistemática de atuação da Promotoria de Justiça com relação ao particular.

Órgãos destinatários: Membros Correicionados.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Membro Correicionado). O Procurador-Geral de Justiça informou que foram oficiadas as Promotoras de Justiça Roberta Coelho Maia Alves (Ofício nº 190/2016/ASDIN/PGJ-CE), titular da referida promotoria, e Lucy Antoneli Domingos Araújo Gabriel da Rocha (Ofício nº 191/2016/ASDIN/PGJ-CE), auxiliar da promotoria de justiça. Acerca das indagações, manifestou-se a promotora de justiça Lucy Antoneli Domingos Araújo Gabriel da Rocha (Ofício nº 063/2016):

Resposta do item 4.2.1.1 – Informamos que a partir de agosto de 2015 os IP'S em trâmite na Delegacia de Defesa da Mulher estão sendo digitalizados e são remetidos virtualmente diretamente ao Poder Judiciário, via sistema E-SAJ (Sistema Eletrônico de Tramitação de Feitos). COM OS INQUÉRITOS ASSIM TRAMITANDO, NÃO HÁ TRAMITAÇÃO DIRETA ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO E AUTORIDADE POLICIAL. Na última visita de inspeção do Ministério Público à Delegacia de Defesa da Mulher, no mês de novembro deste ano de 2016, a Delegada Titular Dra. RENA GOMES informou, ainda, que houve orientação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para que os autos dos IPS referentes às comunicações de prisão em flagrante que forem enviadas fisicamente também o sejam pelo mesmo meio quando da conclusão, haja vista que nos plantões as comunicações de flagrante não estão sendo digitalizadas, e tal fato assim foi

orientado para evitar duplicidade de digitalização de procedimentos. Quando há remessa dos autos dos IPS pela autoridade policial ao Judiciário, remetendo-os via E-SAJ, seja com pedido de prorrogação de prazo para diligências, ou com Relatório Final e Indiciamento, o Ministério Público somente toma conhecimento da existência dos mesmos quando são disponibilizados pela Secretaria de Vara no link de intimações do Ministério Público no sistema E-SAJ, pois o Parquet não tem acesso irrestrito ao SAJ. Outra situação é que, como os IP'S são virtuais (cadastrados e tramitando via sistema SAJ), quando há pedido de prorrogação de prazo e não há tramitação direta dos inquisitórios, o Ministério Público precisa devolver o Inquérito para o Judiciário através do sistema, e o Judiciário é que encaminha os autos para a Delegacia, não tendo o Ministério Público ingerência sobre esse trâmite, nem como controlar os prazos da Delegacia, por não ter possibilidade via sistema de saber quando exatamente esse IP foi efetivamente remetido pelo Judiciário para que se inicie a contagem de prazo para a autoridade policial. É necessário um sistema próprio de controle de Inquérito, que se comunique com as informações do SAJ, e que importe as informações que não são disponibilizadas ao MP, que não tem o controle de todo o sistema. Mister ressaltar que essa situação é COMUM A TODAS AS VARAS CRIMINAIS DESTA CAPITAL.

Resposta ao item 4.2.1.2 – Informamos que os atendimentos e instaurações de procedimentos extrajudiciais na Promotoria normalmente se dão, na grande maioria das vezes, quando a vítima procura a Promotoria para fazer o registro da reclamação em relação ao descumprimento de medida protetiva deferida pelo juízo. Nesse caso, após as declarações da vítima, é instaurada Notícia de Fato, e há normalmente quatro caminhos prováveis a seguir: 01 - é encaminhado à autoridade policial ofício de requisição de instauração de IP para apurar os fatos, se não estiverem claras nem comprovadas as declarações da vítima; 02 - ajuizamento de pedido diretamente ao Judiciário, caso as declarações da vítima estejam já acompanhadas das provas devidas, analisando-se inclusive a possibilidade da decretação da prisão preventiva ou monitoramento eletrônico; 03 - arquivamento direto, se não for o caso de se tomar nenhuma outra medida ou de instauração de notícia de fato; 04 - encaminhamento ao órgão responsável, se não for o caso de atribuição da Promotoria. Esses oito procedimentos ainda em trâmite na Promotoria (Notícias de Fato), detectados pelo CNMP, visavam tão-somente o acompanhamento das providências a serem adotadas pela Polícia Judiciária, que, normalmente, dada a elevada demanda, não tem instaurado e concluído os procedimentos policiais no prazo legal. Por essa razão, essas notícias de fato, algumas vezes, demoram a ser arquivadas, e por cuidado, aguarda-se a comprovação da instauração do IP requisitado, não vendo a necessidade de conversão em Inquérito Civil Público ou PIC, pois o IP já foi requisitado. São essas as informações que temos a prestar, ficando à disposição para quaisquer outras, se necessárias, aguardando as devidas considerações. Já a promotora de justiça Roberta Coelho Maia Alves, permaneceu silente.

- 4.2.2 Com relação à **Promotoria de Defesa da Saúde** indaga-se:
- 4.2.2.1 Informações acerca da suposta prioridade à atuação individual em detrimento da tutela coletiva, notadamente em razão do baixo número de ações civis públicas ajuizadas.
- 4.2.2.1.1 De que forma a unidade pauta sua atuação de defesa da saúde na tutela coletiva? Apresentar documentos e/ou dados ilustrativos com relação ao particular.
- 4.2.2.1.2 Informações específicas acerca dos quase doze mil PAs em tramitação consignados no termo de correição, salientando-se que na Inspeção-Geral realizada no MPCE no ano de 2013 já havia sido detectada quantidade extremamente alta de procedimentos da aludida classe (7.323) – os quais atualmente chegaram a um quantitativo ainda maior, aparentemente agravando ainda mais o preocupante quadro - e, contendo a seguinte relação: tabela detalhando o ano de instauração do procedimento, objeto, data e natureza da última movimentação, bem como informações acerca do elevado quantitativo da aludida classe procedimental, mormente em cotejo com o número de ICP's e PP's em trâmite na unidade.

Órgão destinatário: Membro Correicionado.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Membro Correicionado). O Procurador-Geral de Justiça informou que quanto a essa unidade ministerial, foi ela instada a manifestar-se quanto aos itens 4.2.2.1, 4.2.2.1.1 e 4.2.2.1.2. Nesse sentido, foi oficiada a Promotora de Justiça Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto (Ofício nº

192/2016/ASDIN/PGJ-CE), titular do órgão citado. Em resposta (Ofício nº 438/2016-GAB/PSP), a promotora aduziu:

Item 4.2.2.1 - Informações acerca da suposta prioridade à atuação individual em detrimento da tutela coletiva, notadamente em razão do baixo número de ações civis públicas ajuizadas.

A este respeito, é primordial registrar que a Lei Estadual nº 13.195/2002 (Doc.01), que criou a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, prevê, dentre as atribuições do órgão, o recebimento de denúncias (reclamações) de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Senão vejamos:

“Art. 2º. São atribuições da Promotoria de Justiça da Saúde Pública:

(...)

VI - receber denúncias de lesão a interesse do usuário de saúde pública;”

Em que pese constar da legislação que estabelece as atribuições desta Promotoria de Justiça Especializada a competência para atuar em relação à demanda individual (legislação esta que está em plena vigência, não podendo o órgão ministerial furtar-se a atender aos usuários do SUS), após a inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público junto à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública do MPCE em abril de 2013, houve uma drástica redução das demandas relacionadas à tutela de direitos individuais indisponíveis. Em verdade, a Corregedoria Nacional do MP constatou, à época, a necessidade premente de uma atuação voltada prioritariamente às demandas coletivas, nos seguintes termos: “a principal atuação do Órgão Inspecionado diz respeito a procedimentos para tutela de direitos individuais não homogêneos, incluindo demandas individuais de pessoas maiores e capazes (...). Além disso, o patrocínio judicial de demandas individuais de usuários do SUS pelo Ministério Público pode apresentar reflexos negativos quanto ao processo de estruturação dos outros órgãos da rede de proteção social com competências correlatas. (...) Diante desse fato, é possível concluir que o Ministério Público vem se ocupando com questões que não se inserem em sua linha normal de atribuição, ao tempo em que não exerce, como deveria, atuação no plano da tutela coletiva.

Desde então, as denúncias de lesões a interesses de usuários de saúde pública passaram a ser, em sua maioria, encaminhadas à Defensoria Pública, o que foi particularmente possível considerando o início das atividades, em fevereiro de 2013, do Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa) da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o qual não supre por completo a demanda da população usuária do SUS.

Apesar de termos passado a priorizar a instauração de processos que versam sobre tutela coletiva, a partir de 2013, permaneceram em tramitação, com andamento regular, os muitos procedimentos administrativos instaurados anteriormente em relação à tutela de direitos individuais indisponíveis, os quais apenas podem ser arquivados quando plenamente resolvida a problemática abordada, seja através de solução extrajudicial ou judicial. Dessa forma, ainda há um volume de atuação expressivo em relação aos interesses de usuários da rede de saúde pública.

Ademais, registre-se, para que se efetive o arquivamento de tais processos, diversos são os expedientes realizados, a exemplo do envio de ofícios, realização de audiências, expedição de recomendações administrativas e ajuizamento de ações judiciais. Porém, situações aparentemente solucionadas voltam a demandar a atuação deste Órgão Ministerial. De fato, muitos pacientes voltam a não ter acesso ao medicamento/tratamento necessários, sendo então retomado o processo, visando à obtenção de solução definitiva. Além disso, vivenciamos diuturnamente o descumprimento de decisões judiciais em matéria de saúde pública, o que retarda sobremaneira o arquivamento definitivo das ações interpostas.

No tocante ao baixo número de Ações Civis Públicas ajuizadas, como dito no próprio relatório de correção, “a inspecionada dá ênfase à resolução das irregularidades/ilegalidades verificadas na área da saúde, através de meios extrajudiciais, promovendo intensa interação com os órgãos Estaduais e Municipais de Saúde”. Ou seja, o índice de resolubilidade das demandas coletivas sem a necessidade de interposição de ação judicial é bastante relevante, o que é salutar na atuação ministerial, sendo inclusive tema recorrente de todas as atuais discussões sobre judicialização da saúde a necessidade de se buscar prioritariamente a resolução das questões por meios extrajudiciais. Ganha-se em celeridade, há otimização do trabalho, resolução do problema e satisfação das partes, além de se evitar mais um processo judicial moroso e desnecessário, em meio a inúmeros outros em trâmite junto ao Poder Judiciário Brasileiro.

De causar espécie que os Corregedores Auxiliares do CNMP não tenham conhecimento das discussões que ali são travadas, pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), onde se insere o Fórum Nacional de Saúde (FNS/CDDF/CNMP), do qual a signatária participa desde o ano de 2010 até a presente data, na qualidade de membro colaborador, juntamente com outros colegas,

decorrente de portaria emanada do Exmo. Sr. Presidente do CNMP e que tais discussões se balizam exatamente na menor quantidade de judicialização, objeto, inclusive, de várias audiências públicas ocorridas no próprio CNMP. Além disso, o assunto também tem sido exaustivamente discutido no âmbito do Comitê Executivo para a Saúde do Conselho Nacional de Justiça, visando otimizar as medidas extrajudiciais na área da saúde, tanto pública quanto suplementar.

De fato, grande parte das demandas de tutela coletiva é solucionada extrajudicialmente, a partir de discussões envolvendo as Secretarias de Saúde, Diretores e coordenadores de unidades de saúde, Conselhos de Saúde, Conselhos de Classe (Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Odontologia, etc), Sindicatos de Trabalhadores da Saúde e outros órgãos e entidades correlatos. Dos debates efetivados decorrem compromissos dos órgãos voltados à regularização/saneamento das irregularidades constatadas, os quais geralmente são honrados pelas partes, não havendo necessidade de ajuizamento de ações judiciais. Seguem em anexo, como exemplo, cópias de alguns Termos de Audiência que demonstram tais compromissos de solução extrajudicial de demandas coletivas diversas (Doc. 02).

O mesmo não se pode dizer em relação às demandas individuais, considerando que boa parte dos pacientes que procuram esta Promotoria de Justiça Especializada necessita de medicamentos/insumos/tratamentos não previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, o que dá ensejo, inevitavelmente, ao ajuizamento de ações judiciais (Mandados de Segurança) para resguardar a vida e a saúde dos mesmos. Ademais, muitas vezes são causas urgentes, que exigem a adoção de providências imediatas, não se podendo esperar a boa vontade das Secretarias de Saúde, que, sabidamente, relutam em garantir os direitos dos usuários do SUS. Ressalte-se que, para a tutela de direitos individuais indisponíveis, a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública interpõe, sempre, Mandados de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, haja vista que a resposta do primeiro grau, no âmbito de Ações Cíveis Públicas, é absolutamente insatisfatória. Apenas a título exemplificativo, caso haja necessidade de finalização da reforma de uma determinada unidade de saúde (demanda coletiva), podemos estabelecer um cronograma de saneamento do problema juntamente com as Secretarias de Saúde e acompanhar a concretização da obra, não sendo necessário o ajuizamento de Ação Civil Pública. Porém, se falta um medicamento necessário à manutenção da saúde e/ou vida de um paciente específico, não se pode aguardar que as Secretarias de Saúde realizem o devido processo licitatório para regularização do problema, de forma que ajuizamos de imediato a ação judicial pertinente.

Item 4.2.2.1.1 - *De que forma a unidade pauta sua atuação de defesa da saúde na tutela coletiva? Apresentar documentos e/ou dados ilustrativos com relação ao particular. Conforme descrito no próprio Relatório Preliminar de Correição, os procedimentos extrajudiciais relacionados à defesa da saúde na tutela coletiva (Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Preparatórios e Procedimentos Administrativos) são instaurados a partir de denúncias recebidas através do setor de atendimento, setor de protocolo, Ouvidoria do MPCE, contatos telefônicos, mensagens eletrônicas (e-mails), fax e matérias jornalísticas. Tais denúncias podem ser identificadas ou anônimas. Foram instaurados, de ofício, Procedimentos Administrativos relativos a cada uma das unidades de saúde existentes no âmbito do Município de Fortaleza, sejam de atenção básica (Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Atenção Primária à Saúde), secundária ou terciária. Realizamos periodicamente visitas institucionais junto a tais unidades, de forma a verificar as condições de funcionamento, bem como recebemos relatórios de diversos órgãos e entidades parceiros (Conselhos de Classe, Vigilância Sanitária, Conselhos de Saúde, Sindicatos de trabalhadores da saúde, etc). Cite-se, ainda, os processos instaurados para o acompanhamento de Políticas Públicas de Saúde diversas, tais como: Combate à tripla epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya); Programa de Alergia à Proteína do Leite de Vaca; Rede de Assistência Obstétrica e Neonatal; Rede de Atenção à Saúde Mental; Atenção à população em situação de rua; Combate à Tuberculose; Rede de atenção aos portadores de HIV/AIDS; Necessidade de realização de concurso público para a saúde (em atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho); Acompanhamento de repasses de recursos públicos da saúde. Seguem, em anexo (Doc. 03), cópias dos procedimentos relacionados a tais matérias, bem como cópias de portarias referentes a Inquéritos Cíveis Públicos recentemente instaurados, comprovando a atuação do Órgão Ministerial correicionado em relação à tutela coletiva. Além dos processos instaurados de ofício, o órgão ministerial recebe demandas de entidades representativas da sociedade/coletividade, como associações, sindicatos, categorias profissionais, grupos de pessoas, empresas da área da saúde, etc, relatando irregularidades diversas, solicitando a intervenção do Ministério Público, inclusive em relação à falta de pagamento de prestadores de ações e serviços de saúde. Também encaminhamos recomendações administrativas em relação a demandas coletivas diversas, para*

corrigir irregularidade em serviços de saúde ou órgãos da rede da saúde pública, conforme cópias que ora se anexa (Doc.04).

4.2.2.1.2. *Informações específicas acerca dos quase doze mil PAs em tramitação consignados no termo de correição, salientando-se que na Inspeção-Geral realizada no MPCE no ano de 2013 já havia sido detectada quantidade extremamente alta de procedimentos da aludida classe (7.323) – os quais atualmente chegaram a um quantitativo ainda maior, aparentemente agravando ainda mais o preocupante quadro - e, contendo a seguinte relação: tabela detalhando o ano de instauração do procedimento, objeto, data e natureza da última movimentação, bem como informações acerca do elevado quantitativo da aludida classe procedimental, mormente em cotejo com o número de ICP's e PP's em trâmite na unidade. Inicialmente, observe-se que o grande volume de procedimentos administrativos decorre, em sua maioria, da demanda individual atendida em massa entre os anos de 2002 e 2013. Somente em 2013 restou estruturado o Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA) da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Até então, as denúncias de usuários do SUS eram abrangidas integralmente pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, em relação à capital e ao interior do Estado. E, frise-se, os Promotores de Justiça lotados no interior do Estado encaminhavam regularmente as demandas da área da saúde para resolução através desta Promotoria Especializada. Somente a partir de 2014, os membros do interior passaram a absorver as demandas da área da saúde, após a edição de Recomendação nº 002/2014 (Doc.05) pela Corregedoria Geral do MPCE, que recomenda a todos os Membros do Ministério Público do interior do Estado que se abstenham de remeter à Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Fortaleza/CE procedimentos extrajudiciais e de solicitar adoção de medidas que devam ser executadas no âmbito de sua própria Promotoria de Justiça, em razão das regras de fixação de atribuição e competência material e local. Como já dito anteriormente, são processos complexos, que envolvem o envio de ofícios, a realização de reuniões e audiências, bem como o ajuizamento de ações judiciais. Ademais, reitere-se, procedimentos considerados solucionados voltam a demandar a atuação deste Parquet, haja vista que o paciente deixa de receber o medicamento, o tratamento é suspenso, o exame agendado não é realizado, etc. Há, também, a dificuldade para arquivamento do feito, considerando a necessidade de cientificação da parte interessada, que muitas vezes altera endereços e telefones, não informando a este órgão ministerial. Obtida a cientificação, havia, ainda, a necessidade de remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, para apreciação e homologação, ou não, do arquivamento, sendo diversas vezes os autos devolvidos para diligências que o Órgão Superior entendia serem necessárias. Felizmente, com a recente publicação da Resolução nº 36/2016 (Doc. 06), do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, o arquivamento dos Procedimentos Administrativos restou sobremaneira facilitado, de forma que, apenas no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2016, restaram arquivados 143 (cento e quarenta e três) Procedimentos Administrativos. Fato é que um volume considerável destes procedimentos administrativos está em condições de arquivamento, o que vem sendo feito gradativamente, de acordo com a capacidade de trabalho dos servidores lotados junto a este órgão, em quantidade claramente insuficiente, considerando a demanda existente, realidade esta que já fora comunicada à Administração Superior do MPCE, conforme ofícios anexos (Doc.07). Ressalte-se que o acúmulo de trabalho decorre, ainda, da existência de apenas uma Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde Pública no âmbito do MPCE, bem como do fato de não terem sido revistas as atribuições deste Órgão Ministerial, permanecendo a competência para atuação relativamente a lesões de usuários do SUS. Oportuno destacar aqui as determinações da Corregedoria Nacional do CNMP, após a inspeção realizada em abril de 2013: "DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, para que, na qualidade de Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça e a teor do disposto no artigo 31, IV da LCE 72/2008, proponha a revisão das atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, para que esta unidade passe a exercer de modo efetivo a tutela coletiva da saúde; a designação de promotores para prestarem auxílio à promotoria inspecionada, ou mesmo a especialização de outras promotorias no caso de divisão de tarefas relacionadas a defesa da saúde pública, reduzindo o volume de feitos incidente sobre o órgãos inspecionado."*

A situação deve ser amenizada com a edição da Resolução nº 38/2016 (Doc. 08), do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, determinando a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, documento este entregue diretamente aos Corregedores Auxiliares. Registre-se, ainda, que já foi enviada a Mensagem nº 03/2016/ASPIN/PJ à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Doc. 09), encaminhando Projeto de lei que dispõe sobre a transformação de Promotorias de Justiça no quadro do MPCE, visando a alteração da Lei nº 13.195/2002, que deverá estar sendo votado no decorrer

desta semana, para haver a redistribuição dos processos, considerando a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública.

Reitere-se: a situação será amenizada, e não solucionada, visto que não há previsão de acréscimo do quadro de servidores e colaboradores lotados junto às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde Pública, apenas sendo designado mais um membro para atuação na área.

A quantidade de Inquéritos Cíveis Públicos (ICPs) e Procedimentos Preparatórios (PPs) instaurados é consideravelmente inferior ao volume de Procedimentos Administrativos considerando que, apenas ao final do ano de 2015, em atenção a determinação da Corregedoria Geral do MPCE, houve adequação dos processos em tramitação à taxonomia do CNMP, passando esta signatária a determinar a instauração de ICPs e PPs. Ou seja: foram 13 (treze) anos instaurando PAs e apenas 01 (um) ano determinando a instauração de PPs e ICPs. Por isso a disparidade entre as quantidades. Repita-se que todas as demandas, individuais ou coletivas, recebidas entre os anos de 2002 e 2015, deram ensejo à instauração de PAs.

Quanto à planilha solicitada, data venia, não se mostra razoável. Planilhar os dados relativos a mais de 11 (onze) mil procedimentos administrativos apenas seria possível com a total paralisação dos serviços deste Órgão Ministerial e direcionamento de todos os esforços à execução dessa tarefa, e por um lapso temporal muito superior a 15 (quinze) dias, prazo concedido pelo CNMP para manifestação acerca do Relatório Preliminar de Correição. Não podemos, de forma alguma, parar de atender aos usuários e suspender totalmente as atividades, deixar de dar atenção aos casos urgentes, para elaborar tal planilha de processos.

Registre-se, por oportuno, que o quantitativo dos PAs ativos foi devidamente informado à Corregedoria do CNMP em momento anterior à correição. Ademais, esse dado foi confirmado durante a visita da equipe de inspeção. Toda a explanação ora consignada, justificando o elevado montante de processos em andamento, foi repassada aos promotores de justiça corregedores. Porém, nenhuma informação adicional foi solicitada pelos mesmos. Os sistemas informatizados de controle do andamento dos autos (Sistema Processual de Promotorias Especializadas e Sistema Arquimedes de Gestão de Autos), onde se encontram registradas todas as informações em relação aos feitos (data de instauração, objeto, partes interessadas, datas e conteúdo das movimentações), estavam à disposição da equipe designada para a realização da Correição. Mas não foram verificados. Os autos físicos dos Procedimentos Administrativos em andamento também estavam plenamente acessíveis, mas não foram verificados, para constatação, ainda que por amostragem ou a título exemplificativo, dos dados ora solicitados.

Apresento, para atender parcialmente à indagação formulada pelo CNMP, relatório emitido pelo Sistema Processual de Promotorias Especializadas, onde resta especificada a data de instauração dos Procedimentos Administrativos ativos e o objeto dos mesmos (Doc.10). Porém, relatório semelhante não pode ser emitido com relação aos Procedimentos Administrativos instaurados desde julho de 2014 até a presente data - mês em que o MPCE passou a utilizar o Sistema Arquimedes de Gestão de Autos - considerando que o Sistema Arquimedes não dispõe de ferramenta para emissão de relatórios com tais dados.

Por fim, a título de sugestão, registro que seria oportuno que as Promotorias de Justiça Especializadas fossem inspecionadas por Promotores de Justiça das respectivas áreas, para melhor compreensão dos trabalhos nelas desenvolvidos.

Sendo estes os esclarecimentos que entendo pertinentes, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos que ainda se façam necessários e apresento votos de distinta consideração.

- 4.2.2.2 Informações acerca das providências adotadas pela Administração no que tange ao elevadíssimo número de procedimentos que tramitam na aludida unidade (Promotoria de Defesa da Saúde), a indicar possível represamento, baixa resolutividade e/ou necessidade de redistribuição de atribuições.

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPCE e Corregedor-Geral do MPCE.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (PGJ). No item 4.2.2.2, solicitaram-se informações acerca das providências adotadas pela Administração no que tange ao elevado número de procedimentos que

tramitam na Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Fortaleza. Nesse ponto, cabe-nos ressaltar que, da mesma forma como já se tratou da área de combate à violência doméstica e familiar contra mulher, a defesa da saúde pública também terá incremento de sua estrutura em razão da redistribuição de cargos e órgãos ministeriais. Conforme já tratado, essa redistribuição tornou-se possível após o redimensionamento das atribuições das promotorias de justiça com atuação perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital. Nota-se, no Projeto de Lei nº 116/2016, o qual pretende concretizar as mudanças em questão, a criação da 2ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Fortaleza (art. 1º, inciso VII). Com a criação do órgão de execução, espera-se dar maior vazão às demandas observadas na área de saúde pública, solucionando o problema de represamento a médio e a longo prazo. Conforme já tratado, contudo, a medida depende de aprovação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Corregedor-Geral). *Por ocasião da última Correição Ordinária realizada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, na data de 03 de dezembro de 2015 (Relatório de correição, anexo – proc. 46546/2015-4), verificou-se, através do Sistema Informatizado (SPPE e Arquimedes), que a Promotoria Correicionada possuía 11.123 (onze mil, cento e vinte e três) procedimentos extrajudiciais ativos. Verificou-se, ainda, que durante o ano de 2015, a Unidade Correicionada demonstrou alta produtividade, realizando cerca de 30.652 (trinta mil, seiscentas e cinquenta e duas) atividades, nelas compreendidas instauração de procedimentos extrajudiciais, impetração de mandados de segurança, interposição de ações civis públicas, proferimento de despachos, elaboração de contrarrazões, realização de audiências, expedição de recomendações, realização de visitas institucionais, atendimento ao público, etc. Realizado, por amostragem, o exame de vários procedimentos, verificou-se que 57 (cinquenta e sete) estavam aguardando manifestação há mais de 30 (trinta) dias, o que motivou a expedição de Recomendação por parte desta Corregedoria para a análise imediata de todos estes procedimentos extrajudiciais, o que foi cumprido integralmente no prazo de 60 dias (fl. 42), tendo sido o relatório de correição homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, em sessão realizada na data de 22 de março de 2016 (fls. 44/47 do proc. 46546/2015-4, anexo).*

4.2.3 Com relação à **Promotoria de Justiça Militar** indaga-se:

4.2.3.1 Informações acerca das providências adotadas pela Administração no que tange as constatações apontadas, notadamente acerca do represamento de feitos, discrepância nos dados estatísticos apresentados e sobre a aparente necessidade de designação de membro exclusivo para substituir na unidade.

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPCE e Corregedor-Geral do MPCE.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Procurador-Geral). *No item 4.2.3.1, solicitaram-se informações acerca das providências adotadas pela Administração Ministerial quanto ao represamento de feitos, à discrepância de dados estatísticos e à necessidade de designação de membro para a Promotoria de Justiça Militar.*

Sobre o represamento de feitos constatado na unidade ministerial, cabe ressaltar que o Grupo de Descongestionamento, criado e regulado pelo Provimento nº 021/2016 (anexo), foi designado para atuar na referida promotoria, consoante dispõe Portaria nº 6068/2016 (anexo). O referido grupo, como dispõe o provimento, atua sob designação do Procurador-Geral de Justiça, auxiliando em órgãos de execução que apresentam acúmulo excepcional de serviços. Com a medida, buscou-se resolver histórico déficit de atuação ministerial naquela unidade, dando-se andamento aos feitos com vistas ao Parquet. Já no que trata da discrepância de dados estatísticos, cabem as mesmas considerações já feitas quanto às constatações na Central de Inquéritos. Como dito alhures, o Ministério Público cearense está em fase de implantação de novo sistema de tramitação de feitos, MPVirtual, o qual contará com integração com os sistemas de movimentação da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Corregedoria-Geral deste Ministério Público. A implantação do novo sistema, todavia, tem sido feita em módulos, razão por que a Promotoria de Justiça Militar não foi, até o momento, beneficiada com a troca de sistemas, permanecendo as inconsistências na captação de dados estatísticos da unidade. Por fim, acerca da designação permanente de membro para officinar no órgão, cabe-nos ressaltar que esse é da titularidade do Promotor de Justiça J.C.M, cautelarmente afastado das funções, conforme decisões prolatadas nos autos do

Procedimento Administrativo Disciplinar nº 1.00179/2016-15, que tramita no Conselho Nacional do Ministério Público. O afastamento do referido titular, contudo, tem natureza precária, visto que a o procedimento aguarda ainda a apreciação do Conselho. Tratando-se de afastamento do titular de medida cautelar, não é possível reconhecer a vacância da promotoria de justiça em questão, somente sendo possível a designação temporária para atuar no órgão. Ademais, cabe asseverar que o Ministério Público cearense não conta com cargo de promotor de justiça substituto, sendo necessária a designação de promotor de justiça titular de outro órgão, tal como ocorre atualmente. Não obstante, de forma a garantir a prestação dos serviços, como já mencionado, designou-se o Grupo de Descongestionamento para atuar no órgão durante o mês de novembro do ano corrente, buscando-se solucionar as deficiências oriundas da falta de designação permanente de membro exclusivo para officinar na promotoria de justiça em questão.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Corregedor-Geral). *na última inspeção realizada no dia 30 de maio de 2016, foi constatada a existência de 123 (cento e vinte e três) processos com vistas ao Ministério Público, tendo sido identificados 74 (setenta e quatro) processos com vistas ao MP há mais de 30 (trinta) dias. Foram encontrados, ainda, 82 (oitenta e dois) feitos no armário do gabinete da Unidade inspecionada, sem data de carga, paralisados e pendentes de manifestação ministerial. Constatou-se, ainda, que o Promotor de Justiça em exercício à época encontrava-se em débito com a remessa mensal de suas resenhas estatísticas à Corregedoria-Geral do MPCE, dos meses de maio e novembro de 2015, e ao CNMP referente aos meses de maio e outubro de 2015. Desta feita, foi expedida Recomendação em 01 de junho de 2016 (fls. 25/27 do Relatório de correição, anexo - proc. 22184/2016-0), para que fossem apreciados todos os feitos, físicos e virtuais que aguardavam despacho há mais de 30 dias, inclusive os feitos encontrados no interior do armário da unidade inspecionada, no prazo de 60 dias. Recomendou-se, ainda, que fossem alimentados os dados das resenhas estatísticas a esta Corregedoria e ao CNMP, em igual prazo, referente aos períodos citados. Importante ressaltar que o Procurador-Geral de Justiça do MPCE designou o Grupo de Descongestionamento Processual do Ministério Público do Estado do Ceará – GDESC para atuar junto à Promotoria de Justiça Militar da comarca de Fortaleza, no período de 31/10/2016 a 29/11/2016, conforme Portaria nº 6068/2016-PGJ (anexa), a fim de colocar o elevado número de feitos represados em dia. Tendo em vista o fato do GDESC ainda não ter encaminhado o relatório conclusivo das atividades a esta Corregedoria-Geral do MPCE, encaminhamos o Memorando nº 486/2016-CGMP solicitando informações acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo citado Grupo na Promotoria de Justiça Militar da comarca de Fortaleza/CE.*

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho - Ofício nº 193/2016/ASDIN/PGJ-CE). *Quanto a essa unidade ministerial, foi ela instada a manifestar-se quanto ao item 4.2.3.1. Nesse sentido, foi oficiado o Promotor de Justiça José Francisco de Oliveira Filho (Ofício nº 193/2016/ASDIN/PGJ-CE), que ora responde pelo órgão. Manifestou-se o promotor de justiça (Ofício nº 062/2016-PmJ-MIL): Quanto às constatações específicas referentes à PmJ-MIL (item 3.2.3), apenas tem a dizer que a discrepância verificada pela equipe de inspeção deve-se possivelmente, segundo servidor da Vara da Justiça Militar, à diferença entre o sistema utilizado pelo Judiciário e o utilizado pelo Ministério Público – provavelmente, filtram os dados de modo distinto. Pelo Ministério Público, para se verificar feitos com vista, utiliza-se a consulta ao e-SAJ pela opção “Consulta de Intimações e Citações Recebidas” pendentes. Já no que se refere aos dados solicitados para o termo de inspeção, a ausência de servidor lotado na PmJ-MIL e o acúmulo de trabalho decorrente da cumulação da designação junto à PmJ-MIL com a titularidade de outro órgão de execução com grande demanda (2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Fortaleza) dificultam a colheita e registro dos dados. Na oportunidade, ressaltou-se que a Procuradoria-Geral de Justiça, informada por solicitação deste membro (Ofício nº 52/2016-PmJ-MIL), eficientemente designou, entre novembro e dezembro do corrente ano, Grupo de Descongestionamento Processual – GDESC para auxiliar nos trabalhos da Promotoria de Justiça Militar. Por fim, tão somente corrobora-se o relatório preliminar, quanto à necessidade de lotação de, pelo menos, um servidor ministerial e de designação de um membro, com exclusividade – ou de membro que não atue em outro órgão de execução –, em favor da Promotoria de Justiça Militar, realizando-se o acompanhamento regular pela Corregedoria-Geral local até a normalização dos trabalhos. Fica este membro à disposição dessa Douta Procuradoria-Geral de Justiça e das Respeitáveis Corregedorias do CNMP e do MP/CE para o que mais se fizer necessário.*

4.2.4 Com relação à 4.ª Promotoria Criminal indaga-se:

- 4.2.4.1 Verifica-se na análise dos Termos de Correição aparente congestionamento de feitos, notadamente considerando os saldos dos meses anteriores que são bem superiores à distribuição de novos feitos e impulsionamento mensal destes, sendo assim, mesmo havendo a designação de dois membros atualmente para exercício cumulativo na unidade, solicitam-se informações adicionais acerca das providências para mitigar o congestionamento (passivo), bem como sobre a produtividade mensal de cada um dos membros (impulsionamentos).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Corregedor-Geral). na última inspeção realizada no dia 26 de outubro de 2016, verificou-se, mediante consulta no banco de dados do Sistema e-Saj, a existência de 162 (cento e sessenta e dois) processos virtuais, com intimação já recebida pelos membros, com decurso do prazo legal para manifestação, sendo 100 (cem) processos sem parecer há mais de 30 dias. Constatou-se, ainda, a existência de 79 (setenta e nove) inquéritos policiais com vista há mais de 30 dias, além do que foi certificada a existência de 330 (trezentos e trinta) processos em local de conversão (Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos), ou seja, com a possibilidade de ainda se encontrarem no TJCE para digitalização. Assim, foi expedida Recomendação em 14 de novembro de 2016 (fls. 19/20 do Relatório de correição, anexo - **proc. 44616/2016-5**) aos membros da 4ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Fortaleza/CE para que fosse procedida à apreciação e manifestação de todos os feitos paralisados há mais de 30 (trinta) dias, fixando-se o prazo de 60 (sessenta) dias para o equacionamento das pendências verificadas. Oficiou-se, ainda, ao Corregedor-Geral de Justiça do Ceará comunicando-o da existência de 330 (trezentos e trinta) processos localizados na Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, ou seja, com a possibilidade de ainda se encontrarem no TJCE para digitalização, para que adotasse as providências que entender necessárias. Ressalte-se que ainda não transcorreu o prazo concedido para a regularização das pendências apontadas.

- 4.2.4.2 Informações acerca da aparente necessidade e possibilidade de disponibilizar servidores/assessores para auxílio dos membros.

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPCE e Corregedor-Geral do MPCE e Membros Correicionados.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Corregedor-Geral). No tocante à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde foi enviado ofício ao Procurador-Geral de Justiça (ofício de fl. 22 do Relatório de correição, anexo – **proc. 46546/2015-4**) comunicando a necessidade de um maior aporte de recursos humanos para a Unidade, tendo em vista a grande demanda, complexidade dos serviços e a recente redução da quantidade de servidores. Com relação à Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria de Justiça Militar e 4ª Promotoria de Justiça Criminal, os autos dos processos de Correição, após conclusão, serão enviados ao Conselho Superior do Ministério Público, o qual é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que toma conhecimento das deficiências de cada Unidade, inclusive de carência de pessoal e, assim, adotará as providências que julgar pertinentes.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (PGJ). No item 4.2.4.2, solicitaram-se informações acerca das providências adotadas pela Administração Ministerial à lotação de servidor na 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Fortaleza, a fim de auxiliar os membros que lá oficiam. Sobre a matéria, cabe-nos repetir duas considerações já feitas, quando da apreciação das constatações gerais dessa Corregedoria. Primeiramente, cabe-nos ressaltar que o Ministério Público do Ceará passa hoje por realinhamento de seu planejamento estratégico e revisão de sua estrutura administrativa, contando, para tanto, com a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (Falconi Consultores de Resultado). Por meio da modernização de sua gestão, almeja-se, dentre outros resultados, reorganizar a distribuição de recursos humanos da Instituição, de forma a melhor atender às demandas dos órgãos de execução. Ademais, é relevante que se enfatize que os serviços técnico-administrativos das Promotorias de Justiça criminais são prestados pela Secretaria Executiva das Promotorias de Justiça Criminais, a qual teve sua estrutura incrementada com a extinção gradativa da Central de Inquéritos, conforme proposta apresentada ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e provisoriamente vigente por meio do Provimento nº 059/2016. Cabe ressaltar ainda que a extinção

da referida central e a absorção de suas atribuições pela Secretaria Executiva Criminal foi medida anteriormente sugerida por essa Corregedoria Nacional. Por fim, é importante aduzir ainda que, não obstante os esforços da Administração Ministerial em conferir eficiência na alocação de seus recursos, financeiros e humanos, a Instituição encontra-se hoje próxima à margem legal de alerta com despesas de pessoal, consoante definido na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)¹. Desta feita, a criação e o provimento de novos cargos que pudessem atender satisfatoriamente à demanda de todos os órgãos ministeriais estão obstadas.

- 4.2.5 Informações acerca do considerável número de impontualidades detectadas no cumprimento dos prazos de inquéritos policiais e processos, bem como sobre a possível baixa resolutividade no deslinde de alguns apuratórios.

Órgãos destinatários: Membros Correicionados.

- 4.2.6 Informações específicas acerca da suposta insuficiência no controle externo de inquéritos policiais detectadas na Central de Inquéritos em Fortaleza.
- 4.2.6.1 Como é realizado o controle externo da atividade policial no âmbito das Promotorias Criminais da Capital, notadamente a aferição do cumprimento de prazos de tramitação dos inquéritos instaurados, bem como quantidade de apuratórios instaurados e sua consequente remessa ao Juízo ou Ministério Público?

Órgãos destinatários: Procurador-Geral de Justiça do MPCE, Corregedor-Geral do MPCE, Membros Correicionados com atribuição criminal.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Corregedor-Geral). No que concerne às atribuições desta Corregedoria-Geral do MPCE, verifica-se, por meio das Certidões nºs 1136/2016, 1134/2016, 638/2016, 639/2016, 1135/2016, 825/2016, 838/2016 e 842/2016 (anexas), expedidas em outubro e dezembro de 2016, que as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Criminal da comarca de Fortaleza/CE encontram-se em dia com o envio de seus Relatórios de controle externo da atividade policial, nos termos da Resolução nº 20/2007 do CNMP.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (PGJ). Conforme constatado pela Corregedoria Nacional, foram detectadas falhas no controle externo de prazos e de realização de diligências em inquéritos policiais. Indagou-se, assim, sobre a forma como é feito o controle externo desses procedimentos pela Central de Inquéritos. As deficiências da Central de Inquéritos já são conhecidas da Administração Ministerial e dessa Corregedoria Nacional. Com efeito, em inspeção realizada ainda em 2013, as falhas no controle de prazo já foram verificadas, tendo sido sugerido, inclusive a extinção do órgão, diante de sua comprovada ineficiência. Acatando a recomendação citada, a atual gestão do Ministério Público cearense, por meio do Provimento nº 059/2016 e de proposta de resolução apresentada ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, propôs a extinção da Central de Inquéritos de Fortaleza. As atribuições de controle externo de prazo e de distribuição de inquéritos policiais seriam, então, absorvidas pelas secretarias executivas das promotorias de justiça, de acordo com a matéria tratada nos autos. Desta feita, a partir da descentralização da atividade de controle externo dos inquéritos policiais, espera-se convocar os titulares das promotorias de justiça a exercer, com maior zelo, a atividade, visto que passarão a ter contato mais próximo com os autos, agora distribuídos pela Secretaria Executiva a qual estão vinculados. Ademais, cumpre-nos ressaltar que já vem sendo implementada em Fortaleza a virtualização dos inquéritos policiais, que passarão a ter autos eletrônicos apenas. Em paralelo, conforme já se tratou, o Parquet vem efetuando a troca do sistema de tramitação de feitos, instalando o MPVirtual, o qual contará com ferramentas de comunicação com sistemas de tramitação de outros órgãos. Quando finalizadas as duas medidas, espera-se criar ferramenta que possa simplificar o controle de prazos dos procedimentos.

¹Relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2016 disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/RGF-2%C2%BA-Quad.-2016-SETEMBRO-2015-A-AGOSTO-2016.pdf>>.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE (Membro Correicionado). Quanto a essa unidade ministerial, foi ela instada a manifestar-se quanto aos itens 4.2.4.1, 4.2.4.2, 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.6.1. Nesse sentido, foram oficiadas as Promotoras de Justiça Delma Longo dos Santos Mendes (Ofício nº 194/2016/ASDIN/PGJ-CE), titular da referida promotoria, e Edna Lopes Costa da Matta (Ofício nº 195/2016/ASDIN/PGJ-CE), auxiliar da promotoria de justiça. Instadas a se manifestarem, as Promotoras de Justiça apresentaram resposta conjunta (Ofício nº 001/2016), trazendo as seguintes considerações:

No item 4.2.4.1, foram solicitadas informações adicionais no sentido que esclarecer e mitigar por qual razão do congestionamento e da estável produtividade no impulsionamento dos processos/procedimentos, mesmo após a designação de dois membros para atuarem na mesma unidade judicial.

Senão, vejamos a íntegra do item:

“4.2.4.1 Verifica-se na análise dos Termos de Correição aparente congestionamento de feitos, notadamente considerando os saldos dos meses anteriores que são bem superiores à distribuição de novos feitos e impulsionamento mensal destes, sendo assim, mesmo havendo a designação de dois membros atualmente para exercício cumulativo na unidade, solicitam-se informações adicionais acerca das providências para mitigar o congestionamento (passivo), bem como sobre a produtividade mensal de cada um dos membros (impulsionamentos).”

Em resposta, além da falta de estrutura física e de pessoal da Promotoria que fora exposta no próprio relatório de correição, temos a considerar que tal fato ocorre por conta da quantidade excessiva de feitos, sejam de natureza judicial ou extrajudicial, os quais em muitas das vezes requerem análise acurada para ser possível o combate ao crime que a cada dia vem aumentando de forma avassaladora. Mesmo com o zelo que ambas a Promotoras medem em suas atividades institucionais para darem celeridade processual, não se pode esquecer, acima de tudo, a complexidade dos casos e que muitas vezes uma ação penal pode equivaler a várias outras e não se pode medir a produtividade com meros números, notadamente quando se trata da análise de feitos que versam sobre a vida e a liberdade do ser humano.

No item 4.2.4.2, foram solicitadas informações adicionais acerca da aparente necessidade e possibilidade de disponibilizar servidores/assessores para auxílio dos membros.

Senão, vejamos a íntegra do item: “4.2.4.2 Informações acerca da aparente necessidade e possibilidade de disponibilizar servidores/assessores para auxílio dos membros.” Em resposta, tenho a afirmar que a necessidade da lotação dos supracitados servidores não é aparente, mas sim concreta, notadamente para dar maior celeridade ao serviço administrativo da Promotoria, tais como atendimento ao público, requisições de inquéritos policiais e demais procedimentos e controle de processos judiciais.

Muito embora exista estagiário para cada Promotora, ambos somente prestam serviço auxiliar por apenas 04 (quatro) horas diárias, o que é insuficiente para atender a demanda da Promotoria, os quais exercem atividades jurídicas, com elaboração de peças em geral, não lhes competindo o apoio administrativo, função esta que deveria ser exercida por um técnico ministerial. Além disso, existe uma considerável rotatividade de estagiários, uma vez que muitos sequer completam os 02 (dois) anos de estágio estabelecidos no termo de compromisso e na legislação vigente. Ressalte-se que, diante da falta de estrutura física no gabinete da Promotoria, as estagiárias vinculadas às Promotoras subscritoras exercem suas atividades na Central de Inquéritos do Fórum Clóvis Beviláqua, o que dificulta a realização das atividades, por conta da distância, mesmo sendo o contato feito, também, por meio de aparelhos eletrônicos.

No item 4.2.5, foram solicitadas informações adicionais acerca da impontualidade no cumprimento dos prazos processuais e dos inquéritos e, ainda, em razão da baixa resolução dos fatos apuratórios. Senão, vejamos a íntegra do item: 4.2.5 Informações acerca do considerável número de impontualidades detectadas no cumprimento dos prazos de inquéritos policiais e processos, bem como sobre a possível baixa resolutividade no deslinde de alguns apuratórios. Em resposta, temos a considerar que, apesar do atraso em alguns feitos, estamos nos esforçando para o cumprimento em prazo razoável. Nesse prisma, não se pode esquecer que já ficou firmado na jurisprudência pátria que os prazos processuais não podem ser considerados de forma meramente aritmética, devendo, pois, serem observadas as peculiaridades de cada caso concreto. Isso porque, demandas urgentes sempre são trazidas à baila para serem resolvidas com maior celeridade sobre as demais, eis que, em razão da gravidade do fato, ou a fim de resguardar a sociedade de criminosas, necessitam de ser apreciadas com prioridade, razão pela qual outros processos e inquéritos acabam sendo cumpridos um pouco fora do prazo. Mesmo assim, embora a vasta quantidade de feitos que tramitam na Promotoria, as Promotoras de Justiça possuem processos com vista apenas a partir do mês de outubro de 2016, portanto, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o que demonstra o alto nível de produtividade na busca pela duração razoável do processo e no combate ao crime. No que diz respeito à suposta baixa de deslinde em alguns procedimentos apuratórios, também questionados à Autoridade Policial, a Polícia Judiciária alega a falta de estrutura e carência de servidores, que sabemos serem lotados em número inferiores nas delegacias de polícias, inobstante o esforço e a grande quantidade remetida ao Ministério Público, posto que diariamente são oferecidas denúncias-crimes, sejam elas embasadas por

inquéritos decorrentes de flagrante ou de portaria. É bem verdade que há inquéritos policiais remetidos à Promotoria e à Central de Inquéritos sem terem sido concluídos, porém isso também é decorrente, como todos sabemos, da má estruturação da polícia judiciária, apesar do Ministério Público, em decorrência de seu controle externo, ter requisitado providências urgentes junto ao Governo do Estado. Com efeito, é toda uma cadeia sem estrutura física e humana, que compromete a finalização das investigações policiais, de modo que o atraso nos prazos não pode ser imputado a um único órgão. Nessa esteira, há de se ressaltar que, no que diz respeito à reiteração de prazo sem requerimento de diligências específicas, isto se deve porque, muitas vezes, decorre o prazo e a Autoridade Policial requer a renovação sem ter feito as diligências originalmente requeridas e necessárias à elucidação dos fatos, em face da precária estrutura da Polícia Judiciária, fato público e notório no Estado do Ceará.

Quando há a conclusão do Inquérito Policial e se verifica a necessidade de diligências, estas são regularmente requeridas, fato este facilmente comprovado e demonstrado à Corregedoria do Ministério Público Estadual e à Corregedoria Nacional no momento na correição.

No item 4.2.6, foram solicitadas informações adicionais acerca da suposta insuficiência no controle externo de inquéritos policiais que se localizam na central de inquéritos. Senão, vejamos a íntegra do item: “4.2.6 Informações específicas acerca da suposta insuficiência no controle externo de inquéritos policiais detectadas na Central de Inquéritos em Fortaleza.” Com relação de inquéritos (processos físicos) na Central de Inquéritos, isto se deve a falta de espaço adequado e a existência de sala para a Promotoria de Justiça, fato este vastamente conhecido pela Administração do Ministério Público do Estado do Ceará. Nesse contexto, não há dúvida, mínima que seja, que a falta de espaço do gabinete da Promotoria, bem como a distância da Central de Inquéritos e, ainda, a falta de servidor, por si só, justificam a dificuldade do controle dos prazos dos inquéritos de forma aritmética.

No item 4.2.6.1, foram solicitadas informações adicionais acerca de que como é feito o controle externo da atividade policial, em especial no cumprimento de prazo de tramitação dos inquéritos e em suas quantidades e a sua consequente remessa ao Juízo ou Ministério Público. Senão, vejamos a íntegra do item: “4.2.6.1 Como é realizado o controle externo da atividade policial no âmbito das Promotorias Criminais da Capital, notadamente a aferição do cumprimento de prazos de tramitação dos inquéritos instaurados, bem como quantidade de apuratórios instaurados e sua consequente remessa ao Juízo ou Ministério Público?” Pela precária condição das Promotorias de Justiça, conforme constante do relatório, em uma demanda enorme de réus presos, audiências e inquéritos e processos que tramitam na 4ª vara, fica muito difícil o controle dos prazos do inquérito, já tendo sido requerido junto a Procuradoria Geral de Justiça algum programa de computador que facilitasse o controle externo pelo Ministério Público. Ademais, não se pode deixar de considerar a falta de estrutura das Delegacias de Polícia Civil para dar vazão às investigações criminais, especialmente nos crimes em que não ocorreu prisão em flagrante.

5. Proposições da Corregedoria Nacional

5.1. Considerando que, no tocante às constatações sobre as formas de controle externo da atividade policial pela Promotoria de Justiça da Defesa da Mulher, foi informado que a tramitação ocorre entre o a Delegacia e o Poder Judiciário, limitando-se o acesso do Ministério Público aos autos de inquéritos policiais com vista para manifestação do *parquet*. Considerando que tal prática suscita fragilidades nos mecanismos de controle externo concentrado, uma vez que a promotoria de justiça não dispõe de ferramentas para, via sistema, realizar o acompanhamento das datas de remessa de inquéritos policiais ao Poder Judiciário pela autoridade policial. Considerando que foi informado que a situação constatada é comum a todas as varas criminais da capital, sendo recomendável o aprimoramento da sistemática de controle externo da atividade policial, de natureza difusa e concentrada. Assim sendo, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça** para que implemente um sistema próprio de controle de Inquéritos Policiais, que se comunique com as informações do SAJ, e que importe as informações ainda não acessíveis ao MP que sejam relevantes ao exercício do controle externo. Em 120 dias a Corregedoria Nacional Será informada das providências adotadas.

5.2. Com relação específica à Promotoria de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, notadamente acerca da expressiva estatística de feitos que aportam em tal unidade (a única com atuação nessa temática na capital cearense), a Procuradoria-Geral de Justiça informou que tal atribuição passa por reestruturação, conforme segue: *“após redimensionamento das atribuições das promotorias de justiça que atuam nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza, o Ministério Público tem realocado seus recursos humanos (promotores de justiça e servidores) para outras áreas com maior demanda. Dentre essas áreas, destaca-se o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Para tanto, após aprovação pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a Mensagem de Lei nº 03/2016, posteriormente convertida em Projeto de Lei nº 113/2016 (anexo). Como se observa no art. 1º, incisos IV, V e VI do projeto, três promotorias de justiça da Capital passarão a ter atribuição para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A partir da criação de três novos órgãos de execução voltados à matéria, espera-se solucionar, a médio e a longo prazo, o represamento de processos judiciais e extrajudiciais na área em questão. Tal alteração, contudo, depende ainda da aprovação do citado Projeto de Lei nº 113/2016, o qual se encontra apto à votação pelo plenário da Assembleia Legislativa cearense. Sendo assim, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de* **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça** *para que: envide esforços junto à Assembleia Legislativa do Ceará, visando a efetivar o redimensionamento de órgãos de execução com atribuições no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Devem ser prestadas informações à Corregedoria Nacional no prazo de 60 dias.*

5.3. Em relação à Promotoria de Justiça de Saúde da Capital, foram constatadas inúmeras irregularidades formais e consideráveis atrasos/paralisações por longos períodos de tempo, bem como restou verificada a atuação de pouca resolutividade da Promotora de Justiça Correicionada, especialmente em âmbito extrajudicial de defesa da tutela coletiva. Em que pese a resposta do membro ter sido considerada, não infirmou os dados objetivos apresentados pela equipe de Correição. Com efeito, no que tange às repercussões de caráter disciplinar da atuação funcional da correicionada, apurada até o momento, foi instaurada **RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR** no âmbito desta Corregedoria Nacional. Ademais, a Corregedoria Nacional entende, ainda, necessário o acompanhamento da atuação da Promotora de Justiça doravante desempenhada, motivo pelo qual vem propor ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral do MPCE** para que: proceda ao acompanhamento do referido membro (Dra. Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto) pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar notadamente os seguintes aspectos da atuação funcional: eficiência e protagonismo na condução das investigações, resolutividade na atuação ministerial (especialmente extrajudicial), proatividade do membro, haja vista que exerce funções de curadoria extrajudicial, pontualidade nas manifestações, cumprimento das Resoluções atinentes às investigações extrajudiciais e o comparecimento regular ao serviço, tudo em consonância com a nominada “Carta de Brasília”. Deverão ser encaminhados à esta Corregedoria Nacional relatórios detalhados bimestrais do referido acompanhamento.

5.4. Ainda com relação à Promotoria de Saúde constatou-se que o órgão correicionado ainda apresenta atuação tímida diante de suas potencialidades na tutela coletiva do direito à saúde, notadamente em função da recorrente priorização dos atendimentos de natureza individual e da baixa resolutividade e prolongada tramitação de tais procedimentos administrativos dessa natureza (acervo de 12 mil

procedimentos administrativos). Em função da própria natureza do direito objeto de proteção pela unidade correccionada e da inequívoca necessidade de solução das pendências de resposta institucional, a Corregedoria Nacional propõe a expedição de **DETERMINAÇÃO ao membro titular da Promotoria de Justiça de Saúde** para que *a)* conclua todos os procedimentos administrativos que tramitem há mais de 18 meses, bem como, com a maior brevidade possível, os procedimentos extrajudiciais que requeiram tutela de urgência pela natureza do direito material tutelado; *b)* procure desempenhar suas atribuições de tutela coletiva com protagonismo, exercendo a plenitude das atribuições que lhe são conferidas normativamente, conforme indicação já apontada no Relatório de Inspeção-Geral ocorrida em 2013. A Corregedoria Nacional deve ser informada das providências adotadas com relação a ambos os itens no prazo de 60 (sessenta) dias.

5.5 Tendo em vista o informado pela Promotoria de Saúde que *“a situação deve ser amenizada com a edição da Resolução nº 38/2016 (Doc. 08), do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, determinando a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, documento este entregue diretamente aos Corregedores Auxiliares. Registre-se, ainda, que já foi enviada a Mensagem nº 03/2016/ASPIN/PGJ à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Doc. 09), encaminhando Projeto de lei que dispõe sobre a transformação de Promotorias de Justiça no quadro do MPCE, visando a alteração da Lei nº 13.195/2002, que deverá estar sendo votado no decorrer desta semana, para haver a redistribuição dos processos, considerando a criação da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública.”* A Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça** para que: *a)* envie esforços junto à Assembleia Legislativa, visando a efetivar normativamente a criação da 2ª Promotoria de Justiça da Saúde e; *b)* após a inovação legislativa citada no item anterior, promova a imediata implementação da 2ª Promotoria de Justiça de Saúde. Devem ser prestadas informações à Corregedoria Nacional no prazo de 60 dias.

5.6 Em relação à Promotoria de Justiça Militar, foram constatados inúmeros feitos em atrasos. Em resposta da Administração Superior do MPCE, foi informada providência de que, entre novembro e dezembro de 2016, foi designado o Grupo de Descongestionamento Processual – GDESC para auxiliar nos trabalhos da Promotoria de Justiça Militar. Diante disso, a Corregedoria Nacional entende, ainda, necessário o acompanhamento da atuação da Promotoria de Justiça doravante desempenhada, motivo pelo qual vem propor ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral do MPCE** para que: proceda ao acompanhamento da referida Promotoria de Justiça pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar notadamente os seguintes aspectos da atuação funcional: eficiência e tempestividade na atuação ministerial, pontualidade nas manifestações e o comparecimento regular ao serviço. Deverão ser encaminhados à esta Corregedoria Nacional relatórios detalhados bimestrais do referido acompanhamento.

5.7 Ainda em relação à Promotoria de Justiça Militar foi informado que *“o Ministério Público cearense está em fase de implantação de novo sistema de tramitação de feitos, MPVirtual, o qual contará com integração com os sistemas de movimentação da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Corregedoria-Geral deste Ministério Público. A implantação do novo sistema, todavia, tem sido feita em módulos, razão por que a Promotoria de Justiça Militar não foi, até o momento, beneficiada com a troca de sistemas, permanecendo as inconsistências na captação de dados estatísticos da unidade.”*. Assim sendo a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a

expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça** para que ultime as providências necessárias para a implantação do sistema acima referido. Em 60 dias a Corregedoria Nacional será informada das providências adotadas.

5.8 Em relação à 4ª Promotoria Criminal, foram constatados inúmeros feitos em atrasos. Em resposta da Administração Superior do MPCE, foi informada a adoção de providência e a fixação de prazos para a regularização dos feitos e das pendências de digitalização e saneamento definitivo da atuação da referida unidade. Diante disso, a Corregedoria Nacional entende, ainda, necessário o acompanhamento da atuação da Promotoria de Justiça doravante desempenhada, motivo pelo qual vem propor ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral do MPCE** para que: a) proceda ao acompanhamento da referida Promotoria de Justiça pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sem prejuízo da adoção de providências disciplinares se entender cabíveis no curso ou após tal período, devendo considerar notadamente os seguintes aspectos da atuação funcional: eficiência e tempestividade na atuação ministerial, pontualidade nas manifestações e o comparecimento regular ao serviço. Deverão ser encaminhados à esta Corregedoria Nacional relatórios detalhados bimestrais do referido acompanhamento e b) concluído o saneamento dos feitos em atraso e obtida a regularidade na atuação das atribuições da 4ª Promotoria de Justiça, promova, em conjunto com a Procuradoria-Geral de Justiça, a reavaliação sobre a necessidade de designação de mais um membro do Ministério Público para officiar em auxílio na referida promotoria de justiça. Em 60 dias a Corregedoria Nacional será informada das providências adotadas.

5.9 Em relação ao quanto constatado sobre possíveis carências de recursos humanos em órgãos de execução do MPCE, foi informado que *“não obstante os esforços da Administração Ministerial em conferir eficiência na alocação de seus recursos, financeiros e humanos, a Instituição encontra-se hoje próxima à margem legal de alerta com despesas de pessoal, consoante definido na Lei Complementar nº 101/2000.” bem como que “o Ministério Público do Ceará passa hoje por realinhamento de seu planejamento estratégico e revisão de sua estrutura administrativa, contando, para tanto, com a consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (Falconi Consultores de Resultado). Por meio da modernização de sua gestão, almeja-se, dentre outros resultados, reorganizar a distribuição de recursos humanos da Instituição, de forma a melhor atender às demandas dos órgãos de execução.”* Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Procurador Geral de Justiça** para que envide esforços para a brevidade da conclusão do estudo acima referido, promovendo doravante a redistribuição de recursos humanos da instituição, de forma a dimensionar a lotação nas unidades, observando critérios objetos de volume e complexidade dos trabalhos realizados (inclusive quanto ao provimento de assessoria técnica) e priorizando as atividades finalísticas dos órgãos de execução. Em 60 dias a Corregedoria Nacional será informada das providências adotadas.

5.10 Considerando o quanto informado pela Administração Superior sobre a extinção das Promotorias de Justiça das Centrais de Inquérito e providências no sentido do aprimoramento da divisão de atribuições e desempenho do controle externo da atividade policial e investigativa do MPCE, a Corregedoria entende desnecessário o encaminhamento de proposição ao plenário do CNMP com relação ao particular.

Considerações Finais

6. Considerações Finais

Antes de concluir, cabe deixar consignada a total colaboração da unidade inspecionada, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório de correição. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento dos controles internos.

A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio aos Membros Auxiliares do CNMP e a colaboração, empenho e dedicação de todos os servidores, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília/DF, 06 de fevereiro de 2017.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO